Santo Agostinho

De Magistro

Índice

DE MAGISTRO (DO MESTRE)

CAPÍTULO I - FINALIDADE DA LINGUAGEM

CAPÍTULO II - O HOMEM MOSTRA O SIGNIFICADO DAS PALAVRAS SÓ PELAS PALAVRAS

CAPÍTULO III - SE É POSSÍVEL MOSTRAR ALGUMA COISA SEM O EMPREGO DE UM SINAL

CAPÍTULO IV - SE OS SINAIS SE MOSTRAM COM SINAIS

CAPÍTULO V - SINAIS RECÍPROCOS

CAPÍTULO VI - SINAIS QUE SIGNIFICAM A SI MESMOS

CAPÍTULO VII - RESUMO DOS CAPÍTULOS ANTERIORES

CAPÍTULO VIII - NÃO SE DISCUTEM INUTILMENTE ESTAS QUESTÕES. ASSIM, PARA RESPONDER ÀQUELE QUE INTERROGA, DEVEMOS DIRIGIR A MENTE, DEPOIS DE PERCEBER OS SINAIS, ÀS COISAS QUE ESTES SIGNIFICAM

CAPÍTULO IX - SE DEVEMOS PREFERIR AS COISAS, OU O CONHECIMENTO DELAS, AOS SINAIS

CAPÍTULO X - SE É POSSÍVEL ENSINAR ALGO SEM SINAIS. AS COISAS NÃO SE APRENDEM PELAS PALAVRAS

CAPÍTULO XI - NÃO APRENDEMOS PELAS PALAVRAS QUE REPERCUTEM EXTERIORMENTE, MAS PELA VERDADE QUE ENSINA INTERIORMENTE

CAPÍTULO XII - CRISTO É A VERDADE QUE ENSINA INTERIORMENTE

CAPÍTULO XIII - A FORÇA DAS PALAVRAS NÃO CONSEGUE MOSTRAR SEQUER O PENSAMENTO DE QUEM FALA

CAPÍTULO XIV - CRISTO ENSINA INTERIORMENTE, O HOMEM AVISA EXTERIORMENTE PELAS PALAVRAS

PERFIL BIOGRÁFICO - SANTO AGOSTINHO (354-430)

A perdição da alma reside em algumas peras

Onde está a felicidade?

O mestre da eloqüência e um bêbado trilham caminhos iguais

Uma canção de criança pode mudar uma vida

A meditação se inspira no murmúrio da água

O apelo da multidão: um pastor para enfrentar os leões vorazes

É preciso paciência diante de olhos em chamas

A espada dos bárbaros é a cólera dos antigos deuses

Entre vários é preciso escolher

Uma árvore tem folhas verdes. Como serão os frutos?

O lugar do pastor é à frente do rebanho

Todo conhecimento reside em Deus e na alma

DE MAGISTRO (DO MESTRE)

CAPÍTULO I - FINALIDADE DA LINGUAGEM

AGOSTINHO

– Qual te parece ser nossa intenção quando falamos?

ADEODATO

– Pelo que me acode ao espírito agora, eu diria ou ensinar ou aprender.

AGOSTINHO

– Com uma dessas coisas eu concordo; de fato, é evidente que quando falamos queremos ensinar; todavia, como aprender?

ADEODATO

– Mas diga-me, pensas que se pode aprender sem perguntar?

AGOSTINHO

– Mesmo neste caso, creio que só queremos ensinar. Diga-me pois, nossas perguntas terão outro motivo que não ensinar o que queremos àquele a quem perguntamos?

ADEODATO

– Dizes a verdade.

AGOSTINHO

– Vês, pois, que nosso propósito ao falar é apenas ensinar.

ADEODATO

– Para mim ainda não está claro; ora, se falar nada mais é que emitir palavras, também as emitidos ao cantar; às vezes falamos sozinhos, sem um interlocutor que possa aprender; em tais casos, não creio que pretendamos ensinar algo.

AGOSTINHO

– Creio, contudo, que há certa maneira de ensinar pela recordação,

processo certamente valioso, como teremos ocasião de ver em nossa conversação. Ora, se opinas que ao recordarmos não aprendemos, ou que nada ensina aquele que recorda, eu não me oponho; e desde já afirmo que é dupla a finalidade da palavra: para ensinar ou para despertar reminiscências nos outros ou em nós mesmos; e isto ocorre também quando cantamos, concordas?

ADEODATO

– Não, absolutamente, pois é bem raro que eu cante para lembrar-me, mas é bem freqüente que o faça para deleitar-me.

AGOSTINHO

– Compreendo a tua idéia; mas não percebes que o que te deleita no canto é apenas uma certa modulação do som, que, pelo fato de se poder associar ou não às palavras, faz com que uma coisa seja o falar e outra o cantar? Na verdade, também com a flauta e a cítara se modulam os sons, cantam também os pássaros, e nós mesmos, às vezes, entoamos um motivo musical sem palavras, o que se pode chamar canto, mas não fala; tens alguma objeção a isto?

ADEODATO

– Nenhuma.

AGOSTINHO

– Aceitas, pois, que a palavra só foi instituída para ensinar e recordar?

ADEODATO

– Poderia concordar, se não me levasse a opinar diversamente o fato de que, ao orarmos, nós sem dúvida falamos, e, certamente não é lícito crer que ensinamos ou recordamos algo a Deus.

AGOSTINHO

– Suspeito que não sabes que, se nos foi dito para orarmos em lugares fechados, significando com isso o espaço secreto da alma, o foi porque Deus não quer ser lembrado de algo ou ensinado por nossas palavras, para atender a nossos desejos. Quem fala, pois, manifesta exteriormente

sua vontade articulando o som: mas nós devemos procurar Deus e suplicar-lhe no mais profundo recesso da alma racional, a que se chama o homem interior; quis Ele que fosse este o seu templo. Não leste no Apóstolo: “Não sabeis que sois o templo de Deus e que o espírito de Deus habita em vós”, e que “Cristo habita no homem interior?” E não atentaste nas palavras do Profeta: “Falai dentro dos vossos corações, e nos vossos leitos arrependei-vos; oferecei os sacrifícios da justiça e confiai no Senhor”?

Onde crês que se possam oferecer os sacrifícios da justiça, a não ser no templo da mente e no íntimo do coração? Onde se fizer o sacrifício, aí também se há de orar. Por isso, não são necessárias palavras quando oramos, isto é, palavras soantes, exceto, talvez, no caso do sacerdote que exprime em palavras seu pensamento, mas não para que Deus ouça, e sim os homens e, envolvidos na recordação, sejam elevados até Deus. Ou não pensas assim?

ADEODATO

– Concordo plenamente.

AGOSTINHO

– Não te preocupas pois o fato de que o Mestre supremo, ensinando a orar aos seus discípulos, ensinou certas e determinadas palavras, parecendo não ter feito outra coisa que ensinar as palavras a serem empregadas quando rezamos?

ADEODATO

– Isso não me preocupa absolutamente, pois não lhes ensinou palavras; e sim, pelas palavras, aquilo que deveriam saber quanto a quem e o que haviam de pedir na oração, como foi dito, no segredo do coração.

AGOSTINHO

– Entendeste corretamente: creio que também notaste, apesar de nem todos concordarem que, mesmo sem emitir som algum, nós falamos quando interiormente articulamos as palavras em nossa mente; assim, com as palavras que emitimos, o que fazemos é apenas chamar a atenção; entretanto, a memória das coisas, à qual as palavras estão

associadas, provoca-as e faz com que venham à mente as próprias coisas, das quais as palavras são sinais.

ADEODATO

– Compreendo e concordo contigo.

CAPÍTULO II - O HOMEM MOSTRA O SIGNIFICADO DAS PALAVRAS SÓ PELAS PALAVRAS

AGOSTINHO

– Nós concordamos, portanto, em que as palavras são sinais.

ADEODATO

–Concordamos.

AGOSTINHO

– Então, podemos chamar assim a um sinal que nada signifique?

ADEODATO

– Não.

AGOSTINHO

– Quantas palavras há neste verso: “Si nihil ex tanta superis placet urbe relinqui” ?

ADEODATO

– Oito.

AGOSTINHO

– Logo, oito são os sinais.

ADEODATO

– É mesmo.

AGOSTINHO

– Creio que compreendes este verso.

ADEODATO

– Parece-me que sim.

AGOSTINHO

– Dize-me o sentido de cada palavra.

ADEODATO

– Sei o que significa o “si”, mas não encontro um sinônimo para expressar-lhe o significado.

AGOSTINHO

– Sabes indicar, ao menos, em que campo está seu significado?

ADEODATO

– Parece-me que o “si” expressa dúvida: mas onde está a dúvida, senão no espírito?

AGOSTINHO

– Por enquanto, aceito; continua.

ADEODATO

– “Nihil” que outra coisa significa senão o que não existe?

AGOSTINHO

– Talvez fales com acerto, porém a afirmação anterior me impede de concordar contigo: que não existe sinal sem que signifique algo; ora, o nada de modo algum pode ser alguma coisa.

Por isso, a segunda palavra deste verso não seria, pois, um sinal, uma vez que nada significa; e então, teríamos errado ao concordar que todas as palavras são sinais, ou que todo sinal signifique algo.

ADEODATO

– Estás me apertando demais; observa todavia que, se não tivermos nada para expressar, seria sem dúvida tolice proferimos alguma palavra; creio que tu, ao falar agora comigo, nada do que disseste foi inútil, mas

que, com os demais sons que saem da tua boca, ofereces-me sinais para que eu entenda algo; não precisarias ter pronunciado essas duas sílabas (ni-hil) se elas não significassem algo. No entanto, se entendes que com elas necessariamente se gera um enunciado e que elas, ao atingir nossos ouvidos, nos ensinam ou lembram algo, logo entenderás o que eu queria dizer, mas não posso explicar.

AGOSTINHO

– Que faremos então? Poderemos afirmar que esta palavra (nihil), mais do que a própria coisa, que não tem existência em si, significa aquele estado da alma que se gera quando não se vê a coisa e, no entanto, percebe-se ou se pensa ter percebido que a coisa não existe?

ADEODATO

– É bem isso que eu procurava explicar.

AGOSTINHO

– Seja lá como for, vamos em frente, para não cairmos no maior absurdo de todos.

ADEODATO

– Qual?

AGOSTINHO

– Que “nada” nos detenha e que, no entanto, a nossa conversa fique parada.

ADEODATO

– De fato é ridículo e, mesmo não atinando como isso pode acontecer, vejo claramente que já ocorreu.

AGOSTINHO

– Se Deus quiser, no momento oportuno compreenderemos melhor este gênero de absurdo; agora volta àquele verso e procura mostrar, conforme teu entendimento, o que significam as demais palavras.

ADEODATO

– A terceira, “ex”, é uma preposição, que poderíamos substituir por “de”.

AGOSTINHO

– Veja, não estou te pedindo que troques uma palavra conhecidíssima por outra igualmente conhecida, de mesmo significado, suposto que signifique o mesmo; contudo, por enquanto, admitamos que seja assim. Certamente, se o poeta, no lugar de dizer “ex tanta urbe”, e eu indagasse o que significa “de”, responderias “ex”, sendo que estas duas palavras, isto é, sinais, têm – como tu crês – o mesmo significado; eu, porém, busco esta mesma coisa, não sei se una e idêntica, que tais sinais significam.

ADEODATO

– Parece-me que signifique a separação de algo do lugar em que estava contido e ao qual pensa se pertencer; quer porque essa coisa já não exista, como acontece neste verso, onde sem existir mais a cidade (de Tróia) subsistiram dela alguns troianos, quer porque permaneça, como ocorre ao afirmarmos haver na África uns comerciantes vindos da cidade de Roma.

AGOSTINHO

– Para admitir que é assim que se passa, não irei enumerar todas as objeções que se poderiam apresentar a essa tua regra; mas facilmente podes perceber que explicaste palavras com outras palavras, isto é, sinais com outros sinais, coisas conhecidíssimas com outras também conhecidas; porém gostaria que, se te for possível, me mostrasses as coisas em si, de que tais palavras são os sinais.

CAPÍTULO III - SE É POSSÍVEL MOSTRAR ALGUMA COISA SEM O EMPREGO DE UM SINAL

ADEODATO

– É bem estranho que não saibas, ou melhor, que simules não saber, que não é possível obter de mim uma resposta satisfatória ao teu desejo; pelo fato de estarmos conversando, simplesmente não podemos responder senão com palavras. Todavia, indagas de mim coisas que de modo nenhum pode ser consideradas palavras; e, no entanto, também

sobre essas tu me interrogas com palavras. Começa tu a interrogar-me sem palavras, para que depois eu te possa responder à altura.

AGOSTINHO

– Admito que tens razão; contudo, se te perguntasse o significado dessas três sílabas:

“paries” (parede), creio que poderias apontar-me com o dedo, para que eu visse a coisa em si, de que esta palavra de três sílabas é o sinal, demonstrando-a e indicando-a tu mesmo, sem necessitar de palavra alguma.

ADEODATO

– Certamente que se pode fazê-lo, mas só com aqueles nomes que significam corpos e desde que tais corpos estejam presentes.

AGOSTINHO

– Mas à cor, talvez, podemos chamar corpo, ou, antes, uma qualidade do corpo?

ADEODATO

– Uma qualidade.

AGOSTINHO

– Com que, então, também a cor se pode apontar com o dedo? Ou ainda acrescentas aos corpos suas qualidades, de modo que elas também possam ser demonstradas sem palavras, desde que presentes?

ADEODATO

– Eu, ao falar dos corpos, quis significar tudo o que é corpóreo, isto é, tudo o que nos corpos se percebe.

AGOSTINHO

– Considera, porém, se mesmo nisso não terás de abrir alguma exceção.

ADEODATO

– A advertência é justa; de fato, não deveria dizer todas as coisas

corpóreas, mas todas as coisas visíveis. Admito que o som, o cheiro, o sabor, a gravidade, o calor e muitas outras coisas que recaem sob os outros sentidos, embora não se possam perceber sem que estejam associadas aos corpos, e portanto a estes dizem respeito, não se podem, todavia, apontar com o dedo.

AGOSTINHO

– Diga-me, nunca viste alguém conversar com os surdos por gestos, e os próprios surdos entrei si também por gestos, perguntam, respondem, ensinam ou indicam tudo o que querem, ou quase tudo? Se é assim, então podemos indicar sem palavras não as coisas visíveis, mas também os sons, os sabores e as outras coisas semelhantes. Também os histriões, nos teatros, expõem sem palavras e interpretam peças inteiras, na maioria das vezes através de mímica.

ADEODATO

– Nada tenho a opor-te, a não ser aquele “ex” (de), não só eu, mas nem mesmo o melhor dos histriões poderia demonstrar-te, sem palavras, o que significa.

AGOSTINHO

– Talvez isto seja verdade, mas vamos supor que ele possa; não duvidas certamente, como creio, que, qualquer que seja o gestual que adote para tentar demonstrar a coisa que é significada por esta palavra, não será a coisa em si mesma, porém em seu sinal. Por isso, ele também terá indicado, se não uma palavra com outra palavra, pelo menos um sinal com outro sinal; assim, este monossílabo “ex” e aquele seu gesto significarão a mesma coisa que eu pedi que me demonstrasses sem sinais.

ADEODATO

– Mas, rogo-te, como é possível o que tu estás pedindo?

AGOSTINHO

– Do mesmo modo que o foi para a parede.

ADEODATO

– Mas também esta, pelo desenvolvimento do nosso raciocínio, não pode ser indicada sem sinal. Pois o ato de apontar o dedo certamente não é a parede em si, mas apenas um dos possíveis sinais, por meio de que a parede pode ser observada. Não vejo, portanto, nada que possa ser indicado sem sinais.

AGOSTINHO

– Se, porém, te perguntasse o que é caminhar, e tu te levantasses e fizesses aquela ação, não usarias da própria coisa para ensinar-me, em vez de usar palavras ou outros sinais?

ADEODATO

– Admito que assim é, e tenho pejo de não ter observado coisa tão evidente, que me traz à memória milhares de coisas, indicativas por si mesmas, e não pelos sinais com que as mostramos, como sejam: comer, beber, estar sentado, ficar de pé, gritar e inúmeras coisas.

AGOSTINHO

– E dize-me então: se eu desconhecesse o significado da palavra e te perguntasse, enquanto caminhas, o que é caminhar, como mo explicaria?

ADEODATO

– Continuaria o mesmo ato de caminhar, mas um pouco mais depressa, para que a novidade introduzida despertasse a atenção; e, todavia, não teria feito coisa diversa do que pretendia te mostrar.

AGOSTINHO

– Não sabes pois que uma coisa é caminhar e outra é andar depressa?

Ora, caminhar não é o mesmo que andar depressa, e quem anda depressa, não quer dizer que caminhe: ainda mais que podemos meter pressa no ler, no escrever, e em muitíssimas outras coisas. Por isso, se após minha indagação fizesses mais depressa o que fazia antes, eu seria induzido a crer que caminhar outra coisa não é do que se apressar, uma vez que a novidade introduzida foi a pressa, e eu com isto seria levado a engano.

ADEODATO

– Confesso que não é possível prescindir de sinais, se formos inquiridos no curso da ação; pois, se nada for acrescentado à ação que estamos realizando, nosso interlocutor poderá supor que não queremos responder-lhe, ignorando-o, continuamos a nossa ação. Mas se alguém nos indagar de coisas que podemos fazer, não enquanto as fazemos, podemos mostrar-lhe a própria coisa fazendo-a, antes que com um sinal, em resposta ao que ele pergunta. A não ser que ele me pergunte, enquanto falo, o que é falar: porque qualquer coisa que lhe disser para explicar-lhe isso, sempre o farei falando; e falarei para ensiná-lo até que lhe fique perfeitamente claro o que desejava saber, sem afastar-me da própria coisa que desejava demonstrar, nem procurar sinais com que demonstrá-la.

CAPÍTULO IV - SE OS SINAIS SE MOSTRAM COM SINAIS

AGOSTINHO

– Argumentas com agudeza, e por isso considera a possibilidade de convir entre nós que se possam mostrar sem sinais as ações que não estão em curso quando da pergunta, mas que podemos fazer logo em seguida; ou as que fazemos desde que as ações nada mais sejam do que os próprios sinais. Pois, quando falamos, emitimos sinais, donde se gera a palavra “significar”

(fazer sinais – signa facere).

ADEODATO

– É possível convir.

AGOSTINHO

– Portanto, ao discutirmos sobre os sinais, se podem mostrar uns sinais por meio de outros; mas quando falamos das coisas em si, que não são sinais, não se podem mostrar senão fazendo-o logo após a pergunta – se for possível – ou dando algum sinal pelo qual possam ser compreendidas.

ADEODATO

– Exatamente.

AGOSTINHO – Nessa tríplice possibilidade, vamos primeiro considerar, se quiseres, o caso em que se mostram sinais com sinais; diga-me, as palavras sozinhas são sinais?

ADEODATO

– Não.

AGOSTINHO

– Parece-me, portanto que, ao falarmos, usamos as palavras para significar ou as palavras em si, ou bem outros sinais, como seria o gesto associado à fala, ou as letras que usamos na escrita; porque o que indicamos com estes dois vocábulos (gesto e letra) ou são sinais em si mesmos (o próprio gesto e as próprias letras), ou algo que não é sinal, como quando dizemos “pedra”. Esta palavra, pois, é um sinal enquanto representa algo, mas a coisa indicada não é um sinal. Este gênero de palavras que representam coisas que não são sinais, não pertence, porém, à parte que nos propomos discutir. De fato, nós nos propomos considerar o caso dos sinais que são expressos por sinais, e no caso distinguimos dois aspectos: ou se ensinam e recordam os mesmos sinais, ou outros sinais diferentes. Não te parece?

ADEODATO

– Está claro.

AGOSTINHO

– Dize-me, então: os sinais que são palavras sob qual sentido recaem?

ADEODATO

– O ouvido.

AGOSTINHO

– E o gesto?

ADEODATO

– A vista.

AGOSTINHO

– Como? Por acaso, as palavras escritas, não serão também palavras? Ou, para ser exato, não serão entendidas como sinais de palavras, sendo a palavra o que se profere, com certo significado, articulando a voz? Mas a voz só pode ser percebida pelo sentido do ouvido; disso resulta que, quando se escreve uma palavra, apresenta-se um sinal aos olhos, que suscita na mente o que será percebido com o ouvido.

ADEODATO

– Concordo plenamente.

AGOSTINHO

– Creio que também concordarás em reconhecer que quando dizemos “nome” queremos significar algo.

ADEODATO

– É verdade.

AGOSTINHO

– Mas o que, afinal?

ADEODATO

– Naturalmente aquilo cujo nome se profere, como Rômulo, Roma, virtude, rio e incontáveis coisas.

AGOSTINHO

– Estes quatro nomes significam alguma coisa?

ADEODATO

– Sim, algumas coisas.

AGOSTINHO

– Achas que há diferença entre estes nomes e as coisas que eles significam?

ADEODATO

– Muitíssima.

AGOSTINHO

– Gostaria de ouvir de ti qual é esta diferença.

ADEODATO

– Em primeiro lugar, estes são sinais e aquelas não o são.

AGOSTINHO

– Concordas em que chamemos de “significáveis” as coisas que podem ser expressas pelos sinais, e não são sinais em si mesmas, assim como chamamos de “visíveis” as que podem ser vistas, para depois discutirmos sobre elas mais comodamente?

ADEODATO

– Concordo.

AGOSTINHO

– E os quatro sinais que antes proferiste podem ser significados por qualquer outro sinal?

ADEODATO

– Admira-me que penses eu ter esquecido aquilo que ficou assentado, isto é: que as letras escritas são sinais de sinais, ou seja, sinais dos sons que a voz articula.

AGOSTINHO

– Que diferença há entre eles?

ADEODATO

– Aquelas (as letras escritas) são visíveis, e estes (os sons articulados pela voz), audíveis. Terás alguma dificuldade em aceitar este adjetivo, “audíveis”, uma vez que admitimos “significáveis”?

AGOSTINHO

– Certamente que o aceito, e com agrado. Contudo, ainda pergunto se

esses quatro sinais podem ser expressos por algum outro sinal audível, como lembraste acontecer com os visíveis.

ADEODATO

– Sim, isto também foi mencionado há pouco. Por isso respondi que o nome significa algo, e ao significado associei esses quatro nomes; e aqueles e estes, posto que se proferem com a voz, reconheço serem audíveis.

AGOSTINHO

– Qual é pois a diferença, entre o sinal audível e as coisas audíveis que significa que, por sua vez, também são sinais?

ADEODATO

– Entre o nome e estas quatro coisas que associamos ao seu significado, parece-me haver esta diferença: o nome é sinal audível dos sinais audíveis, enquanto as coisas audíveis são também sinais audíveis, mas não de sinais audíveis, e sim de coisas em parte também visíveis, como Rômulo, Roma, rio e em parte inteligíveis, como virtude.

AGOSTINHO

– Aceito e concordo; mas sabes que é a palavra tudo aquilo que é proferido com a voz e que traz em si algum significado?

ADEODATO

– Sei.

AGOSTINHO

– Logo, o nome também é palavra, pois é proferido articulando a voz e tem um significado; e se afirmamos que um homem eloqüente utiliza palavras apropriadas, sem dúvida queremos dizer que usa nomes. Portanto, quando, em Terêncio, o escravo fala ao velho patrão: “Rogo que digas boas palavras”, entende “nomes”.

ADEODATO

– Concordo.

AGOSTINHO

– Gostaria que me respondesses também a isto: vimos ser a palavra sinal do nome e o nome sinal do rio e o rio sinal de uma coisa visível, e como reconheceste a diferença entre esta coisa e o rio, isto é, o seu sinal, e entre este sinal e o nome que é sinal deste sinal, qual julgas que seja a diferença entre o sinal do nome que dissemos ser a palavra e o mesmo nome de que ela é sinal?

ADEODATO

– Julgo que a diferença seja a seguinte: o que é significado com o nome é significado também com a palavra; como, pois, nome é palavra, assim também rio é palavra; mas nem tudo o que é significado com a palavra o é pelo nome. Também aquele “si” (se) que principia o verso que propuseste, e aquele “ex” (de) do qual tratamos tão longamente, arrazoando até chegarmos à presente questão, são palavras, mas não nomes, e podemos encontrar inúmeros exemplos como estes. Pois, como todos os nomes são palavras, mas nem todas as palavras são nomes, julgo estar clara a diferença entre a palavra e nome, isto é, entre o sinal daquele sinal que não significa nenhum outro sinal e o sinal daquele sinal que pode significar outros.

AGOSTINHO

– Concedes que todo cavalo é animal, mas nem todo animal é cavalo?

ADEODATO

– Haverá como duvidar?

AGOSTINHO

– Pois bem, entre nome e palavra existe a mesma relação que há entre cavalo e animal. A menos que discordes pelo fato de que por “verbum” , além de “palavra”, pode-se entender “verbo”, isto é, aquela parte do discurso que descreve ação e se declina, como “escrevo”, “escrevi”, “leio”, “li”, o que obviamente não são nomes.

ADEODATO

– Acabas de esclarecer o que me suscitava dúvidas.

AGOSTINHO

– Isto não deve preocupar-te. Na verdade, em geral, chamamos sinais a tudo o que contém um significado, dentre os quais encontramos também as palavras. Ainda chamamos sinais (insígnias) às bandeiras militares, que são sinais propriamente ditos, o que não se poderia afirmar das palavras. Todavia, se te dissesse que todo cavalo é animal, mas nem todo animal é cavalo, assim como toda palavra é sinal, mas nem todo sinal é palavra, creio que não restaria dúvida alguma.

ADEODATO

– Entendo sim, e concordo plenamente, que entre “palavra” tomada em sentido geral de

“nome” existe a mesma diferença que há entre animal e cavalo.

AGOSTINHO

– Sabes também que, quando dizemos animal, este nome trissílabo, que a voz profere, não é a mesma coisa que com ele se significa?

ADEODATO

– Já concordamos sobre isto há pouco, a respeito de todos os sinais e de todos os significáveis.

AGOSTINHO

– Não te parece que todos os sinais significam uma coisa distinta deles próprios, pois ao pronunciarmos este trissílabo – animal – de modo algum significaremos aquilo que ele mesmo é?

ADEODATO

– Não, certamente; pois quando dizemos sinal, este significa todos os outros sinais, quaisquer que sejam, incluindo a si mesmo também, pois é uma palavra, e, como vimos, todas as palavras são sinais.

AGOSTINHO

– E quando proferimos o dissílabo “verbum” (palavra), não acontece algo semelhante?

Pois, se tudo o que proferimos com algum significado é também significado por este dissílabo, ele também está incluído no gênero dos sinais.

ADEODATO

– Assim é.

AGOSTINHO

– E não é assim também para “nome”? Este, pois, significa os nomes de todos os gêneros, e “nome” mesmo é de gênero neutro. Ou, se te perguntasse que parte da oração é nome, não poderias responder-me acertadamente dizendo “nome”?

ADEODATO]

– Poderia.

AGOSTINHO

– Portanto, há sinais que, entre as outras coisas que significam, significam também a si mesmos.

ADEODATO

– Há.

AGOSTINHO

– Quando dizemos “coniunctio” (conjunção), julgas que este sinal quadrissílabo possa ser um daqueles?

ADEODATO

– Certamente que não; porque as coisas que significa não são nomes, enquanto ele é um nome.

CAPÍTULO V - SINAIS RECÍPROCOS

AGOSTINHO

– Raciocínio correto; vejamos agora se é possível encontrar sinais que se signifiquem reciprocamente, tais que, assim como este significa

aquele, também aquele signifique este; e não me parece ser o caso entre aquele quadrissílabo “conjunctio” e as coisas que este significa, tais como: “si” (se), “vel” (ou), “nam” (pois), “namque” (e pois), “nisi” (se não), “ergo” (logo), “quoniam” (´porque) e outras semelhantes, porque aquela palavra sozinha significa todas estas, mas não há nenhuma entre estas que signifique aquele quadrissílabo.

ADEODATO

– Compreendo, e gostaria de saber quais os sinais que se significam reciprocamente.

AGOSTINHO

– Sabes, então, que, quando dizemos “nome” e “palavra”, dizemos duas palavras?

ADEODATO

– Sei, sim.

AGOSTINHO

– E não sabes que, quando dizemos “nome” e “palavra”, dizemos dois nomes?

ADEODATO

– Também sei.

AGOSTINHO

– Portanto, sabes que tanto o nome pode ser significado com a palavra,quanto a palavra com o nome.

ADEODATO

– Concordo.

AGOSTINHO

– E podes dizer-me, salvo a diversidade de escrita e de pronúncia, em que diferem entre si?

ADEODATO

– Talvez possa, pois parece-me tratar-se do mesmo caso de que falei há pouco. De fato, quando dizemos “palavra”, entendemos tudo o que proferimos com algum significado; assim, todo nome, e ainda o próprio termo “nome”, é uma palavra, mas nem toda palavra é nome, embora quando dizemos “palavra” entendemos “nome”.

AGOSTINHO

– E se alguém afirmasse e demonstrasse que, assim como cada nome é palavra, também cada palavra é nome, poderias ainda determinar sua diferença, afora o diverso som da sua pronúncia?

ADEODATO

– Creio que não poderia, e julgaria não haver diferença alguma.

AGOSTINHO

– Como? Se tudo o que proferimos, com algum significado, tanto são palavras como nomes e, contudo, por certas razoes, são palavras e, por outras razões são nomes, não haverá entre nome e palavra distinção alguma?

ADEODATO

– Não compreendo como isto possa se dar.

AGOSTINHO – Isto certamente entendes: tudo o que é “colorido” é visível e tudo o que é visível é “colorido”, apesar de estas duas palavras significarem coisas distintas e separadas.

ADEODATO

– Entendo.

AGOSTINHO

– E porventura será difícil admitir que do mesmo modo toda palavra é nome e todo nome é palavra, embora estes dois termos “nome” e “palavra” tenham significado diferente?

ADEODATO

– Percebo que isto pode acontecer, mas espero que me mostres como

isto acontece.

AGOSTINHO

– Creio que reparaste que tudo o que nossa voz profere com algum significado fere o ouvido onde é percebido, e daí é enviado à memória para ficar conhecido.

ADEODATO

– Sim, reparo.

AGOSTINHO

– Acontecem, portanto, duas coisas quando falamos algo.

ADEODATO

– Assim é.

AGOSTINHO

– Aceitarias que por uma destas qualidades fosse chamadas palavras (“verba” de “verberare” : percutir, bater) e pela outra nomes (“nomina”, de “nosco” : conhecer)? E o primeiro termo assim se chamasse por causa do ouvido, e o segundo, por causa do espírito?

ADEODATO

– Concordarei assim que me tiveres demonstrado que podemos, com acerto, chamar nomes a todas as palavras.

AGOSTINHO

– Será fácil, pois creio que aprendeste e recordas que se chama “pronome” aquilo que está em lugar do nome, ainda que denote a coisa com menor intensidade que o nome. Parece-me que foi assim que o definiu o gramático que mencionaste: “Pronome é uma parte da oração que, usada no lugar do nome, significa a mesma coisa que este, porém menos plenamente”.

ADEODATO

– Lembro-me e concordo.

AGOSTINHO

– Vemos portanto que, de acordo com esta definição, os pronomes se referem só aos nomes, e só podem ser empregados no lugar destes, como quando se diz: este homem, o mesmo rei, a mesma mulher, esse ouro, aquela prata ; os termos “este”, “mesmo”, “mesma”, “esse”, “aquela” são pronomes, “homem”, “rei”, “mulher”, “ouro”, “prata” são nomes que, mais plenamente que os mesmos pronomes, significam as coisas.

ADEODATO

– Percebo e estou de acordo.

AGOSTINHO

– Enuncia-me agora algumas conjunções, as que quiseres.

ADEODATO

– “E” (et), “também” (que), “mas” (at), “senão” (atque).

AGOSTINHO

– Tudo o que disseste parece ser nome?

ADEODATO

– De maneira alguma.

AGOSTINHO

– Mas ao menos julgaste que eu falei bem dizendo: “tudo isso”, “tudo o que” disseste?

ADEODATO

– Completamente correto; e compreendo, quão admiravelmente me demonstraste que enunciei nomes, pois se assim não fosse não se poderia dizer: “tudo isto” (haec omnia), como se poderia dizer com acerto “todas estas palavras” (haec omnia verba). Todavia, se me perguntares a que parte da oração pertence “palavra”, responderei que é um nome. Eis a razão de, a este nome, acrescentares o pronome, para que a tua frase estivesse correta.

AGOSTINHO

– Sem dúvida estás enganado, embora demonstres certa agudeza. Para desfazer o engano, presta mais atenção ao que vou dizer, posto que eu consiga dizê-lo como quero, pois falar sobre palavras com palavras é tão complicado como entrelaçar os dedos e assim tentar coçá-los, quando apenas quem os mexe pode distinguir os dedos que têm comichão dos que ajudariam a acalmar-lhe o prurido.

ADEODATO

– Eis-me aqui todo ouvidos e atenção, pois a comparação despertou-me profundo interesse.

AGOSTINHO

– As palavras resultam certamente de som e de letras.

ADEODATO

– Assim é, de fato.

AGOSTINHO

– Ora, lançando mão de uma autoridade que nos é caríssima, quando o Apóstolo Paulo diz: “Não havia em Cristo o sim e o não, mas somente havia nele o sim”, não creio que seja o caso de pensar que as três letras que pronunciamos dizendo “sim” (est) existissem em Cristo mas, antes, o que estas três letras significam.

ADEODATO

– Entendo e acompanho-te.

AGOSTINHO

– E compreendes com certeza que não há diferença entre dizer: “se chama virtude” ou “se nomeia virtude”.

ADEODATO

– É claro.

AGOSTINHO

– Assim é, pois, igualmente claro não haver diferença se alguém disser: “o que havia nele (em Cristo) se chama “sim” ou se nomeia “sim” .

ADEODATO

– Percebo que aqui também não há diferença.

AGOSTINHO

– E já vislumbraste aonde quero chegar?

ADEODATO

– Ainda não.

AGOSTINHO

– Não percebes que nome é aquilo com que se nomeia uma coisa?

ADEODATO

– Não há para mim coisa mais clara.

AGOSTINHO

– Então notas que “est” (é – sim) é nome, se o que havia em Cristo se chama “est” (é – sim).

ADEODATO

– Não há como negá-lo.

AGOSTINHO

– Mas se indagasse a que parte do discurso pertence “est” (é – sim), creio que não responderias “nome”, mas “verbo”, embora o raciocínio tenha demonstrado que é também nome.

ADEODATO

– É exatamente como dizes.

AGOSTINHO

– Poderás ainda duvidar que também as outras partes da oração sejam nomes, como demonstraremos no caso do verbo “est” ?

ADEODATO

– Não duvido, pois percebo que significam algo; mas se me perguntares a respeito das próprias coisas que elas significam, isto é, como cada uma, individualmente, se chame ou nomeie, só poderei responder com aquelas partes da oração que não chamamos de nomes, mas que, ao que parece, deveríamos chamar palavras?

AGOSTINHO

– Nem se preocupa que o nosso arrazoado possa ser abalado pela afirmação que se deve atribuir ao Apóstolo autoridade de doutrina, mas não de palavras, e que, portanto, as bases de nossa persuasão não são tão firmes como parecia? E pode ser que Paulo, embora tenha vivido e ensinado retissimamente, não tenha falado com igual exatidão quando disse: “o sim era nele” (em Cristo); tanto mais que ele mesmo confessa inepto na arte de falar? Como julgas que se possa refutar tal objeção?

ADEODATO

– Não saberia o que responder, e rogo-te que procures um dos que são tidos como autoridades máximas na arte da palavra, para esclarecer o que desejas.

AGOSTINHO

– Parece-te, pois, que a razão por si só, sem o aval da autoridade, não bastaria para demonstrar que todas as partes da oração tem um significado e que, por isso, cabe-lhes uma denominação; ora, se se chamam, também se nomeiam, e, se se nomeiam, terão de nomear-se com um nome; o que se vê facilmente comparando diversas línguas. Pois é evidente que se perguntarmos como os gregos nomeiam o que nós nomeamos “quis” (quem), nos responderiam tis; como nomeiam o que nós nomeamos “bene” (bem), eles kalõs; o que nós nomeamos “scriptum” (escrito), eles to gegrammenon; o que nós “et” (e), eles kaí; o que nós “ab” (por, de), eles, ápò o que nós “heu” (ai), eles oi; e quanto a todas estas partes da oração que enumerei, estaria certo quem fizesse a pergunta: seria possível isto se não fossem nomes? Podemos demonstrar, mediante este processo, que o apóstolo Paulo falou corretamente, sem apelar para a autoridade de outros oradores: que

necessidade há, pois, de procurarmos em outros o apoio para a nossa opinião?

– Mas se houver alguém tão tardo ou tão teimoso que não ceda e teime não ceder sem a autoridade daqueles autores, aos quais o consenso geral atribui as regras da arte de falar, quem se poderia encontrar na língua latina mais exímio do que Cícero? Ora, nas suas nobilíssimas orações, apelidadas “verrinas”, ele chama “nome” ao termo “coram” (diante de), embora naquela passagem possa ser tomado como preposição ou como advérbio. Mas, como poderia ocorrer que eu não esteja compreendendo bem aquela passagem, que poderia ser interpretada diversamente por outrem, vou citar um caso a que não creio se possa fazer objeção alguma. Os mais renomados mestre de dialética afirmam que uma frase completa é formada pelo nome e pelo verbo, quer seja afirmativa ou negativa; o que Túlio (Cícero), em certa passagem, denomina enunciado ou proposição. Quando o verbo está na terceira pessoa, dizem que o caso do nome deve ser o nominativo, e está certo; e se, quando dizemos: “O homem senta, o cavalo corre”, examinares o que ficou dito, reconhecerás, segundo julgo, que ocorrem aí duas proposições.

ADEODATO

– Reconheço-o.

AGOSTINHO

– Observas que em cada proposição há um nome – na primeira, “homem”, e na segunda,

“cavalo” – e que está associado a um verbo, “senta” e “corre” respectivamente?

ADEODATO

– Percebi.

AGOSTINHO

– Ora, se eu dissesse apenas “senta” ou “corre”, com toda a razão me perguntarias quem ou o que eu responderia “homem”, ou “cavalo”, ou

“animal”, ou qualquer outra coisa que ligasse o nome referido ao verbo para completar o enunciado, isto é, a proposição, que poderia ser afirmativa ou negativa.

ADEODATO

– Compreendo.

AGOSTINHO

– Suponhamos agora que estamos vendo algo bem distante e não distinguimos se se trata de um animal, de uma pedra ou de outra coisa, e que eu afirmasse: “porque um homem, é (também) animal”, não faria eu uma afirmação temerária?

ADEODATO

– Muito temerária, mas não o seria se dissesses: “Se é um homem, é um animal”.

AGOSTINHO

– Dizes o certo. Portanto, na tua frase o “se” satisfaz a mim e a ti; e, ao contrário, aos dois desagrada o “porque” da minha.

ADEODATO

– Concordo.

AGOSTINHO

– Observa agora se estas duas proposições, “se satisfaz”, e “porque desagrada”, estão completas.

ADEODATO

– Completas, certamente.

AGOSTINHO

– Vamos, diga-me então quais são os verbos e quais os nomes.

ADEODATO

– Vejo que os verbos são “satisfaz” e “desagrada”, e os nomes, quais

outros haveriam de ser senão “se” e porque”?

AGOSTINHO

– Logo, está suficientemente demonstrado que estas duas conjunções também são nomes.

ADEODATO

– Sim, suficientemente.

AGOSTINHO

– E poderias por ti mesmo, seguindo esta regra, demonstrar a mesma coisa nos confrontos das demais partes da oração?

ADEODATO

– Poderia.

CAPÍTULO VI - SINAIS QUE SIGNIFICAM A SI MESMOS

AGOSTINHO

– Vamos em frente, e diga-me se te parece que, assim como concordamos que todas as palavras são nomes, e todos os nomes, palavras, também te parece que todos os nomes são vocábulos e todos os vocábulos nomes.

ADEODATO

– Não encontro entre eles outra diferença senão a do som das sílabas.

AGOSTINHO

– Por enquanto, aceito, embora não faltem os que vêem entre eles diferença de significado, o que não vem ao caso discutirmos agora. Porém, com certeza compreendes que chegamos àqueles sinais que tem significado recíproco, sem outra diferença que a do som, e àqueles que significam a si mesmos junto com as demais partes da oração.

ADEODATO

– Por ora não entendo.

AGOSTINHO

– Não compreendes então que “nome” significa “vocábulo” e “vocábulo” “nome”, e que assim – além do seu som – não há outra diferença entre eles quanto ao nome em geral; mas que, quanto a ser nome em particular, trata-se de uma das oitos partes da oração, sem que naturalmente inclua as outras sete.

ADEODATO

– Compreendo.

AGOSTINHO – Contudo, era isso mesmo que estava dizendo quando afirmava que vocábulo e nome significam-se reciprocamente.

ADEODATO

– Entendo, mas o que querias dizer com as palavras “significam a si mesmos junto com as demais partes da oração”?

AGOSTINHO

– Acaso a discussão anterior não nos provou que todas as partes da oração podem chamar-se tanto nomes como vocábulos, isto é, podem ser significadas pelos termos de “nome” e de “vocábulo”?

ADEODATO

– Certamente.

AGOSTINHO

– Se te indagasse como chamas o nome em si mesmo, isto é, o som expresso por estas duas sílabas, seria correto me responder “nome”?

ADEODATO

– Seria correto.

AGOSTINHO

– E significará a si mesmo, talvez, o sinal com quatro sílabas, quando proferimos

“coniunctio” (conjunção)? Não; porque este termo não pode ser incluído

entre as coisas que significa.

ADEODATO

– Compreendo perfeitamente.

AGOSTINHO

– E foi isso que antes afirmamos: que o nome significa a si mesmo tanto quanto os outros nomes que significa; o que podes chamar também do “vocábulo”.

ADEODATO

– Sim, está fácil; agora porém me ocorre que o termo “nome” pode ser tomado em sentido geral ou particular, enquanto “vocábulo”, ao contrário, não é uma das oito partes da oração; parece-me, pois, que os dois termos são diferentes não só pelo som, mas também por isso.

AGOSTINHO

– Acreditas que

“nomem” (nome) e “ónoma” (nome) tenham algo mais diferente que o som, que também distingue a língua grega da latina?

ADEODATO

– Neste caso, sinceramente, nada mais encontro.

AGOSTINHO

– Chegamos, então, àqueles sinais que, além de significantes a si mesmo, com inteira reciprocidade um significa o outro, ou seja, os seus significados mutuamente se significam. Assim, o que este significa também aquele significa e vice-versa, tendo por diferença entre si apenas o som; este quarto caso, nós o encontramos agora: os três anteriores referem-se a “nome” e “palavra”.

ADEODATO

– Chegamos.

CAPÍTULO VII - RESUMO DOS CAPÍTULOS ANTERIORES

AGOSTINHO

– Desejaria que fizesses um resumo do que apuramos em nossa discussão.

ADEODATO

– Farei o que puder. Antes de mais nada, lembro que por certo tempo indagamos da razão por que se fala, e achamos que se fala para ensinar ou para recordar. Pois, mesmo quando interrogamos, nada mais pretendemos do que fazer saber ao interlocutor o que dele queremos ouvir. Depois vimos que, ao cantar, o som que emitimos apenas por prazer não pertence propriamente à locução; e quando na oração nos dirigimos a Deus, a quem não se pode ensinar ou recordar algo, o valor das palavras está em admoestar a nós mesmos ou, mediante nós, admoestar e instruir aos outros. A seguir, após teres demonstrado o bastante que as palavras nada mais são do que sinais e que não pode existir sinal que não tenha significado, propuseste-me um verso, de cujas palavras busquei explicar o significado, uma por uma, o verso era: “Si nihil ex tanta superis placet urbe relinqui”. Sua segunda palavra (nihil), apesar de familiar a todos, não conseguimos, todavia, encontrar o que significava, pois parecia a mim que nós não a empregamos inutilmente durante a fala, mas para transmitir algo a nosso ouvinte; isto é, parecia-me que esta palavra indicasse, talvez, o estado da mente quando acha que não existe a coisa que procura ou que julga tê-la achado; e tu evitaste com uma brincadeira aprofundar não sei como a questão, adiando para outra ocasião o esclarecimento. Não julgues, porém, que eu esqueça dessa tua dívida comigo. Depois, quando eu buscava explicar a terceira palavra do verso, me convidaste a indicar não outra palavra equivalente mas, pelo contrário, a mostrar a própria coisa que a palavra significa. Respondi, em nossa conversação, que isto não seria possível, e consideramos aquelas coisas que podem ser apontadas aos nossos interlocutores. Pensava eu que isso fosse possível com todas as coisas corpóreas, mas depois achamos que o seria apenas com as visíveis. Daí passamos, não lembro como, aos surdos e aos histriões, observando que exprimem pelo gesto sem voz, não só as coisas visíveis, mas muitas outras e quase todas as que expressamos com palavras, e conviemos que os gestos também são sinais. Voltamos pois

a indagar se seria possível indicar, sem empregar sinal algum, as mesmas coisas que indicamos por sinais, sendo aquela parede, aquela cor e tudo o que é visível e que é indicado pelo gesto, devemos convir que é sempre indicado por certo sinal. Nisso eu me enganei e respondi que não poderíamos achar nada disso, e, todavia, ficou assente entre nós que seria possível mostrar, sem sinais, aquilo que nós não fazemos no momento da pergunta, mas que podemos fazer depois de interrogados; a locução, porém, não se enquadra nisto, pois quando falamos, se alguém nos perguntar o que é falar, demonstra-se facilmente por si mesmo: falando.

– Com isso ficou estabelecido que: ou se mostram sinais com sinais ou, com sinais, indicam-se coisas que o não são; ou então, sem sinais podemos mostrar as coisas que podemos fazer depois de interrogados. Desses três casos, consideramos e discutimos com mais detalhes o primeiro. Por esta discussão, ficou esclarecido que existem sinais que não podem, por seu turno, receber significado pelos sinais que eles significam, como ocorre no caso do quadrissílabo “coniunctio” (conjunção); ao passo que existem outros que o podem, como no caso de “sinal”, e entendemos que significa também “palavra”, pois sinal e palavra são dois sinais e duas palavras (sinal-palavra, palavra-sinal). Neste caso em que os sinais tem significado mútuo, demonstramos também que uns não têm o mesmo valor, outros o têm igual, e outros finalmente são idênticos.

Assim, quando pronunciamos o dissílabo “sinal”, certamente nos referimos a todos os sinais que podem indicar ou significar uma coisa; mas, se dizemos “palavra”, esta não se refere a todos os sinais, mas apenas aos que se pronunciam articulando a voz. Donde ficou claro que embora “palavra” seja indicada com um sinal, e “sinal” (signun) com “palavra” (verbum); isto é; estas duas sílabas por aquelas e aquelas por estas – todavia, “sinal” vale mais que “palavra”, porque aquelas duas sílabas (sinal) têm sentido mais amplo que estas (palavras). Porém “palavra” em geral e “nome” em geral, têm o mesmo valor. Pelo raciocínio, vimos que todas as partes da oração também são nomes, sendo que a todas podemos substituir pelo pronome e de todas podemos dizer que “nomeiam” algo, e todas elas formam, se lhe acrescentarmos o verbo, uma proposição ou um enunciado completo.

Mas, apesar de “nome” e “palavra” terem o mesmo valor, pois tudo o que é “palavra” é “nome”, entretanto não são idênticos. Observamos, em nossa discussão, com muita probabilidade, que a razão por que se diz “verba” (palavras) difere da outra por que se diz

“nomina” (nomes). “Verba” diz respeito à percussão (verberatio) do ouvido, e “nomina” ao conhecimento (commemoratio: notio, noscere) do espírito; por isso, é correto dizer qual é o “nome” desta coisa desejando gravá-la na memória, e não usamos, ao contrário, “palavra”. Entre os sinais que não têm o mesmo valor, mas são completamente idênticos, diferenciando-se só pelo som das letras, encontramos “nomen” (nome) e ónoma (nome).

Quanto a esse gênero de sinais com significado recíproco, entendi que não encontramos nenhum sinal que, além de significar os outros, não significasse também a si mesmo.

Eis tudo o que pude recordar. Tu, que, nesta discussão, apenas falaste sabendo e tendo a certeza, poderás avaliar se meu resumo está correto e ordenado.

CAPÍTULO VIII - NÃO SE DISCUTEM INUTILMENTE ESTAS QUESTÕES. ASSIM, PARA RESPONDER ÀQUELE QUE INTERROGA, DEVEMOS DIRIGIR A MENTE, DEPOIS DE PERCEBER OS SINAIS, ÀS COISAS QUE ESTES SIGNIFICAM

AGOSTINHO

– Certamente resumiste com acerto tudo o que eu queria, e devo admitir que estas argumentações me parecem mais claras agora do que quando, disputando em nossas indagações, as tirávamos de não sei que esconderijos. Contudo, aonde quero te levar por meio de tantas voltas e rodeios é difícil dizer neste momento. Talvez julgues que foi mero divertimento, ou que nos afastamos das coisas serias com questões menores, buscando nisso, quando muito, uma utilidade por pequena e medíocre que seja; ora, se estas discussões tivessem que gerar algo de grande ou importante, seria bom que o soubesses agora, ou, ao menos, ter disto um vislumbre.

Todavia, eu gostaria que, antes de mais nada, não julgasses eu ter feito contigo uma brincadeira inoportuna; embora às vezes usando de tom jocoso, a minha brincadeira jamais deverá ser tida como infantil, pois eu nunca visei bens pequenos ou medíocres. No entanto, se te dissesse que era precisamente a eterna bem-aventurança para onde, com a ajuda de Deus, isto é, da própria verdade, pretendia conduzir-te com passos pequenos, ajustados ao nosso pé vacilante, recearia parecer ridículo por ter começado com um caminho tão longo, não em consideração às próprias coisas que são significativas, mas aos sinais. Espero que me perdoes, portanto, se quis fazer contigo uma espécie de prelúdio, não para brincar, e sim para treinar a agilidade e a agudeza da mente, que nos facultarão mais tarde não só suportar, mas também amar a luz e o calor daquela região da vida bem-aventurada.

ADEODATO

– Continua por esta senda, pois eu não julgaria desprezível ou de pouco valor qualquer coisa que digas ou faças.

AGOSTINHO

– Então, continuemos! Retomemos aquela parte da nossa discussão sobre os sinais que não significam outros sinais, aquelas coisas que chamamos “significáveis”. Em primeiro lugar, dize-me se “homem é homem”.

ADEODATO

– Agora, na verdade, não sei se estás brincando.

AGOSTINHO

– Porquê?

ADEODATO

– Porque me estás perguntando se o “homem” é diferente de “homem”.

AGOSTINHO

– E julgarias também que estou a zombar de ti se te perguntasse se a primeira sílaba deste nome é mesmo “ho” e a segunda “mem”?

ADEODATO

– Certamente.

AGOSTINHO

– Mas negarás que estas duas sílabas dêem “homem”?

ADEODATO

– E como negar?

AGOSTINHO

– Pergunto, pois, se és o mesmo que estas duas sílabas unidas.

ADEODATO

– De maneira alguma. Porém percebo agora onde queres chegar.

AGOSTINHO

– Fala, então, uma vez que não crês tratar-se de zombaria.

ADEODATO

– Julgas, talvez, que se possa concluir que não sou “homem”?

AGOSTINHO

– Mas diga-me, não pensas o mesmo, já que concordaste ser verdade tudo o que foi dito e de onde se tira essa conclusão?

ADEODATO

– Não vou manifestar meu pensamento antes de ouvir de ti qual a intenção da pergunta “se é homem é homem”; te referias às duas sílabas ou ao seu significado?

AGOSTINHO

– Antes, responde-me qual o sentido em que tomaste a minha pergunta: pois, se é ambígua, devias precaver-te e não responder antes de ter certeza quanto ao sentido de minha pergunta.

ADEODATO

– E porque me seria obstáculo esta ambigüidade, uma vez que respondi num sentindo e no outro? Naturalmente que homem é homem, e estas duas sílabas nada mais são do que duas sílabas, e o que elas significam nada mais é do que é (homem).

AGOSTINHO

– Brilhante a tua resposta: mas por que tomaste nos dois sentidos apenas (o que se diz)

“homem” e não as demais coisas de que falamos?

ADEODATO

– E de que modo poderia me persuadir de que não tomei assim das outras?

AGOSTINHO

– Se tivesses tomado apenas a minha primeira pergunta só no aspecto do som das sílabas, não me terias respondido nada, pois até poderia parecer-te que nada houvesse indagado; mas, como fiz repercutir no teu ouvido três palavras, uma das quais repeti no meio, dizendo: “utrum homo homo sit” (se homem é homem), tu tomaste a primeira e a segunda palavra não conforme os mesmos sinais, mas pelo que elas significam, coisa evidenciada pelo simples fato de que te ocorreu de imediato dever responder à minha pergunta com rapidez e desembaraço.

ADEODATO

– Dizes a verdade.

AGOSTINHO

– Qual motivo então te fez preferir tomar só a palavra do meio (homo) segundo o som e o significado?

ADEODATO

– Mas agora tomo-a exclusivamente pelo seu significado. Concordo contigo não ser possível conversar se a mente, ouvidas as palavras, não evocar logo as coisas de que aquelas são sinais. Por isso, mostra-me

como eu pude ser enganado por esse raciocínio, que concluiu que não sou homem.

AGOSTINHO

– Será mais oportuno reapresentar-te as mesmas perguntas, para que tu possas perceber por ti mesmo onde erraste.

ADEODATO

– Está bem.

AGOSTINHO

– Não vou perguntar-te o mesmo que antes, pois já o concedeste. Antes, observa com mais atenção, se na palavra “homo” (homem) a sílaba “ho” é outra coisa que não “ho” e a sílaba “mo” nada mais que “mo” .

ADEODATO

– Não vejo, na realidade, nada além disso.

AGOSTINHO

– Observa ainda se, ao juntar estas duas sílabas, pode-se fazer um homem.

ADEODATO

– Absolutamente te concederia isto, uma vez que concordamos, acertadamente, que, depois de ouvir o sinal, a mente examina seu significado, e só após o exame concede ou nega o que foi proposto. Mas aquelas duas sílabas, quando separadas, soam sem qualquer significado, e por isso ficou assente que têm valor apenas como som.

AGOSTINHO

– Estás pois convicto que não se deve responder às perguntas senão de acordo com as coisas que as palavras significam?

ADEODATO

– Não vejo como haveria de concordar com isto, desde que se trate de palavras.

AGOSTINHO

– Gostaria de saber o que responderias àquele zombeteiro que, dizem, fez sair um leão da boca do companheiro com quem discutia. Após indagar-lhe se o que dizemos sai da nossa boca, e não lhe sendo possível nega-lo, induziu facilmente o interlocutor a proferir o nome “leão”; feito isso, começou a andar ao redor dele e escarnecê-lo, pois admira que aquilo que dizemos sai da nossa boca e não podendo negar que proferira a palavra “leão”, estava assumindo que, sendo embora boa pessoa, vomitara um animal tão feroz.

ADEODATO

– Não seria difícil responder a esse brincalhão, pois eu não concordaria que tudo o que dizemos sai da nossa boca, uma vez que proferimos apenas sinais, e o que da nossa boca sai não é a coisa significada, mas o sinal que a significa; assunto este de que tratamos há pouco.

AGOSTINHO

– Com isso o refutarias corretamente; mas que me responderias se te perguntasse se homem é um nome?

ADEODATO

– Que mais haveria de ser?

AGOSTINHO

– Então, quando te vejo, vejo um nome?

ADEODATO

– Não.

AGOSTINHO

– Queres que te diga o que disso resulta?

ADEODATO

– Não te incomodes: eu mesmo, ao responder-te que um homem é nome quando me perguntaste se homem era nome, reconheço que declarei não ser eu homem, e fiz isto apesar de já termos estabelecido

que só devemos admitir ou negar o que é dito conforme o significado das coisas.

AGOSTINHO

– Parece-me, todavia, que não foste incidir nesta reposta sem motivo, pois a própria lei da razão, gravada em nossas mentes, pode iludir a tua vigilância. De fato, se te perguntasse o que é “homem”, responderias talvez: “animal”; porém, se te perguntasse que parte da oração é “homem”, só poderias responder corretamente dizendo “nome”; por aí concluímos que “homem” é nome e animal: o primeiro (ser nome) dizemos enquanto é sinal; o segundo (ser animal) quanto à coisa significada. Se alguém pois, me perguntasse se homem é nome, responderia que é, uma vez que esta pergunta deixa entender que a indagação é a respeito de “homem” só como sinal.

Se, ao contrário, me perguntar se homem é animal, anuirei mais facilmente porque, mesmo que se omitissem os termos “nome” e “animal” indagando apenas “o que é homem”, obedecendo àquela regra do falar que já estabelecemos, a minha mente voltar-se-ia para o significado daquelas duas sílabas e só poderia responder “animal”, e até poderia acrescentar a definição completa, isto é, “animal racional, mortal”; não te parece?

ADEODATO

– Certamente; mas, se concordamos que é um nome, como nos subtrairmos a conclusão desagradável de que não somos homens?

AGOSTINHO

– Demonstrando que a ela não se chegou pelo sentido da palavras, quando concordamos com o nosso interlocutor.

E se este quisesse deduzi-la da palavra considerada como sinal, nada haveria a temer, pois qual prejuízo haveria em confessar que não sou aquelas duas sílabas?

ADEODATO

– Nada mais verdadeiro. Mas por que então incomoda ouvir dizer: “Tu

não és homem” uma vez que, pelo que já vimos, é uma verdade incontestável?

AGOSTINHO

– Por ser difícil evitar de pensar que aquela conclusão – ao ouvirmos estas duas sílabas – não se relacione com seu significado, pela regra de grande e natural valor, segundo a qual a nossa atenção, ao ouvirmos os sinais, volta-se logo para as coisas significadas.

ADEODATO

– Aceito quando dizes.

CAPÍTULO IX - SE DEVEMOS PREFERIR AS COISAS, OU O CONHECIMENTO DELAS, AOS SINAIS

AGOSTINHO

– Queria, pois, que bem compreendesse que são mais importantes as coisas significadas do que seus sinais. Tudo o que existe em função de outra coisa, necessariamente tem valor menor que a coisa pela qual existe, se concordas com isso.

ADEODATO

– Parece-me impróprio concordar com isto sem refletir. Quando, por exemplo, se diz: “coenum” (lamaçal), parece-me que este nome seja em muito superior à coisa que significa. De fato, o que desagrada ao ouvirmos esta palavra não é o som; “coenum” , mudando apenas uma letra, torna-se “coelum” (céu), mas é evidente a enorme diferença que há entre as coisas que estes dois nomes significam. Por isso eu não teria por essa palavra toda a repulsa que tenho ao que significa, e, portanto, eu a prefiro a isso; pois menos desagrada o seu som do que ver ou tocar a coisa que significa.

AGOSTINHO

– Falas com sabedoria. Assim, não seria correto afirmarmos que todas as coisas têm valor superior aos sinais que as exprimem.

ADEODATO

– Assim parece.

AGOSTINHO

– Dize-me, então, qual seria a intenção dos que deram um nome a coisa tão feia e desagradável? Tu os aprovas ou desaprovas?

ADEODATO

– Na verdade, não me acho em condição nem de aprová-los nem de desaprová-los, e também não sei que intenção tiveram.

AGOSTINHO

– Poderás, ao menos, dizer-me qual a tua intenção, a finalidade de pronunciares esse nome?

ADEODATO

– Sim; ao pronunciá-lo, quero avisar ou ensinar ao meu interlocutor aquilo que julgo necessário avisá-lo ou ensiná-lo.

AGOSTINHO

– Como? O fato de ensinar e avisar, ou de receber tal ensinamento, facilmente expresso com este nome, não deveria talvez ser-te mais caro que a própria palavra?

ADEODATO

– Admito que o conhecimento obtido por este sinal seja preferível ao próprio sinal, mas não preferível à coisa em si.

AGOSTINHO

– Então, no que acima afirmamos, embora seja falso que devemos sempre preferir as coisas aos seus sinais, é verdade que tudo o que existe em função de outra coisa tenha valor menor que a coisa pela qual existe. O conhecimento, pois, do lamaçal, para o qual foi instituído esse nome, há de ser considerado mais que a palavra que, por sua vez, vimos ser preferível ao próprio lamaçal. E é bem esse o motivo do conhecimento ser preferível ao sinal de que estamos tratando, pois este existe devido àquele e não aquele por causa deste. Assim, aquele

glutão, devoto ao ventre, conforme relata o Apóstolo, quando disse que vivia para comer, foi contestado por um homem sóbrio, que lhe ouviu as palavras e, não tolerando-as, assim o redargüiu: “Bem melhor seria que comesses para viver”; e vemos que o sóbrio falou assim seguindo essa mesma regra (regra que estabelece que tudo o que é devido a outra coisa, como no caso de comer que é subordinado ao viver – é inferior à coisa pela qual existe). O comilão desagradou porque avaliava tão miseravelmente sua vida, que a tinha em menor conta que os prazeres do paladar, afirmando viver para comer. O homem sóbrio é digno de louvor porque, compreendendo qual das duas coisas (comer e viver) é feita para a outra, ou seja, qual está subordinada à outra, alertou que devíamos comer para viver e não viver para comer. Do mesmo modo, tu e todo homem sensato que aprecie as coisas pelo seu valor e justo lado, se um charlatão afirmasse: “Ensino para falar”, lhe responderias: “Homem, não seria melhor falar para ensinar?” Ora, se tais coisas são verdadeiras, como alias reconheces, observa quanto as palavras têm menor importância, em comparação com aquilo por que as usamos; sendo que o próprio uso das palavras já é mais importante do que elas próprias. As palavras, pois, existem para que as usemos, e as usamos para ensinar. Por isso, ensinar é melhor que falar, e assim o discurso é melhor que a palavra.

Muito melhor que as palavras é, portanto, a doutrina. Mas quero ouvir de ti se por acaso tenhas algo a opor.

ADEODATO

– Concordo em que a doutrina seja preferível às palavras; mas talvez se possa levantar objeção contra a regra que diz: “tudo o que existe em função de outra coisa é inferior aquilo pelo qual existe”.

AGOSTINHO

– Trataremos disto a seu tempo e com mais detalhes: por enquanto, o que concedes já basta para que eu chegue aonde me proponho. Concordas, pois, que o conhecimento das coisas é mais importante que os sinais que as exprimem. Por isso, o conhecimento das coisas significadas deve ser preferido ao conhecimento dos sinais, não te parece?

ADEODATO

– Mas eu disse, por acaso, que o conhecimento das coisas não é superior ao dos sinais, ou melhor, que é superior aos próprios sinais? Por isto hesito em concordar contigo neste ponto.

Se o nome “lamaçal” é melhor que seu significado, por que o conhecimento deste nome não haveria de ser também melhor que o da coisa, embora o nome em si seja inferior aquele conhecimento? Lidamos aqui com quatro termos: nome, coisa, conhecimento do nome e conhecimento da coisa. Como o primeiro é superior ao segundo, por que também o terceiro não seria superior ao quarto? E, em não lhe sendo superior, acaso lhe estaria subordinado?

AGOSTINHO

– Noto que guardas muito bem na memória o que concedeste, e que explicaste claramente teu pensamento. Creio porém, que compreendes como este nome trissílabo “vitium” (vicio), quando o pronunciamos, é melhor, como som, do que seu significado; entretanto, o simples conhecimento do nome é bem menos valioso que o conhecimento dos vícios. Assim, ainda que consideremos aqui os quatro termos que mencionaste: nome, coisa, conhecimento do nome, conhecimento da coisa, com razão nós preferimos o primeiro ao segundo. Quando Pérsio escreve na sua sátira este nome, dizendo: “Sed stuped hic vitio” (mas este se admira do vicio), não só não torna viciado o verso, mas, pelo contrário, de algum modo dá-lhe beleza, apesar do significado desse nome ser sempre execrável, onde quer que se encontre. Mas observamos também que não é tampouco preferível o terceiro termo ao quarto, e sim o quarto ao terceiro. O conhecimento deste nome (vicio) é bem menos importante se comparado ao conhecimento dos vícios.

ADEODATO

– Acreditas pois, que tal conhecimento, apesar de nos tornar mais mesquinhos, teria de ser preferido? O próprio Pérsio, a todas as penas que a crueldade dos tiranos excogitou ou a cobiça impôs, antepõe apenas aquela que atormenta os homens, quando obrigados a reconhecer os vícios que não conseguem evitar.

AGOSTINHO

– Assim, também chegarias a negar que deve ser preferido o conhecimento das virtudes ao do seu nome, pois saber da virtude e não possuí-la é um suplicio, que aquele poeta satírico almejou como castigo dos tiranos.

ADEODATO – Deus me livre de tal loucura: entendo que não devemos culpar os próprios conhecimentos, entre os quais o da moral, a mais excelsa disciplina com que se educa o espírito, mas sim, que devemos considerá-los – como creio que também Pérsio pensava – os mais míseros dos que são atacados por tal doença, que nem um tão grande remédio pode curar.

AGOSTINHO

– Entendimento correto; mas em que pesa o pensamento de Pérsio? Não estamos submetidos, nisso, a tal autoridade; ainda mais que é difícil elucidar aqui qual conhecimento deve ser preferido a outro. Por ora, estou satisfeito com o que conseguimos; isto é, ter o conhecimento das coisas que são significadas como um valor superior, se não ao conhecimento dos sinais, pelo menos aos sinais em si. Por isto voltemos agora a discutir sobre o gênero das coisas que podem se mostrar por si mesmas, como dizíamos, sem sinais, como sejam: comer, passear, sentar, fazer e semelhantes.

ADEODATO

– Volto a meditar sobre as tuas palavras.

CAPÍTULO X - SE É POSSÍVEL ENSINAR ALGO SEM SINAIS. AS COISAS NÃO SE APRENDEM PELAS PALAVRAS

AGOSTINHO

– Parece-te que podemos indicar, sem uso de sinais, tudo que podemos fazer, logo após sermos interrogados, ou algo deve ser excluído?

ADEODATO

– Na verdade, tenho pensado muito neste gênero de coisas, sem todavia encontrar nada que se possa ensinar sem sinal, executando, talvez, o

próprio falar e ensinar, mas este só se nos perguntarem o que é ensinar. Parece-me que quem pergunta – qualquer coisa que eu faça após a indagação para que aprenda – não o pode aprender através da própria coisa, que deseja lhe seja mostrada. Por exemplo: se quando estou fazendo outra coisa, alguém me perguntasse que é caminhar e eu, imediatamente, buscasse demonstrar-lhe a coisa sem usar sinais começando a caminhar, como poderia evitar que ele entendesse que caminhar é apenas o quando andei? Ora, se ele pensar nisso, terá sido levado a engano, pois julgará que quem andar mais, ou menos, do quanto eu andei, não caminhou. E o que vale quanto a esta palavra aplica-se também a todas aquelas que julguei se possam mostrar sem sinal, menos as duas que exclui.

AGOSTINHO

– Concordo com isso, mas não te parece que falar é uma coisa e ensinar é outra?

ADEODATO

– Certamente, pois se fossem a mesma coisa não se poderia ensinar senão falando; ora, como muitas coisas são ensinadas com outros sinais que não palavras, quem poderia negar a diferença?

AGOSTINHO

– Ensinar e significar são a mesma coisa ou diferem em algo?

ADEODATO

– Creio que a mesma.

AGOSTINHO

– Será correto afirmar que nós usamos de sinais (que significamos) para ensinar?

ADEODATO

– Sem dúvida.

AGOSTINHO

– Se alguém afirmasse que ensinamos para usar sinais (para significar), não seria facilmente refutado pela afirmação precedente?

ADEODATO

– Seria.

AGOSTINHO

– Se usarmos pois os sinais para ensinar, não ensinamos para usar os sinais: uma coisa é ensinar e outra é usar os sinais (significar)

ADEODATO

– É verdade, e quando disse que eram a mesma coisa, eu não respondi corretamente.

AGOSTINHO

– Agora, responde a isto: quem ensina o que é ensinar o faz usando sinais ou outro modo?

ADEODATO

– Não vejo como o poderia fazer diversamente.

AGOSTINHO

– Não é pois verdade a tua afirmação anterior, isto é, que não se pode ensinar sem sinais a quem indague o que é ensinar, porque constatamos que nem mesmo isto podemos fazer sem usar sinais, pois me concedeste que uma coisa é usar sinais (significar) e outra ensinar. Se são coisas distintas e uma se mostra pela outra, quer dizer que certamente não se mostra por si mesma, como te pareceu. Portanto até aqui nada encontramos que se mostre por si mesmo, salvo a palavra que, entre as outras coisas, significa também a si mesma; mas como ela também é um sinal, parece nada haver que possa ensinar-se sem sinais.

ADEODATO

– Nada tenho a opor.

AGOSTINHO

– Concluímos então que nada pode ser ensinado sem sinais, e que o próprio conhecimento tem de ser, para nós, mais caro que os sinais pelos quais o obtemos, embora nem todas as coisas que eles exprimem devam ser preferidas aos seus próprios sinais.

ADEODATO

– Parece ser assim mesmo.

AGOSTINHO

– Lembras quantas voltas demos para chegar a tão modesto resultado? Desde o começo de nossa conversa, que dura já um bom tempo, fatigamo-nos bastante para descobrir estas três coisas: 1) se era possível ensinar sem sinais; 2) se havia sinais preferíveis às coisas que expressam; 3) se o conhecimento das coisas pode ser melhor que os sinais. Mas há ainda uma quarta que gostaria de saber agora: se as coisas que encontramos, estão para ti claras e não te deixam possibilidade de dúvida.

ADEODATO

– Seria mesmo agradável, depois de tantos rodeios, que tivéssemos chegado à certeza, mas esta pergunta gera em mim certa inquietação, que me impede de assentir. Tenho a impressão que tal não me perguntarias se não tivesses alguma objeção a apresentar: e o emaranhado do assunto não me permite ver tudo e responder com segurança, pois, entre tantos véus, temo que se esconda algo que os olhos da minha mente não possam divisar.

AGOSTINHO

– Agrada-me a tua dúvida, porque revela uma alma sem leviandade, e isto garante imensamente a tranqüilidade. É de fato difícil não se perturbar quando o que nós tínhamos como ponto de consenso fácil e pacífico é derrubado e como que arrebatado das mãos por discussões.

Por isso, como é justo ceder depois de observar e examinar bem os motivos, assim é perigoso conservar como coisa certa o que não é. Às vezes, quando desmorona aquilo que tínhamos como estável e permanente, pode haver o receio que se gere tão grande aversão ou

medo da razão, que nos pareça não podermos mais depositar nossa fé nem sequer na verdade mais evidente.

Mas, vamos adiante? Reexaminemos, agora um pouco mais rapidamente, se tens razão de duvidar. Pergunto: se alguém, que não conheça as armadilhas que se tendem aos pássaros com varas e visco, deparasse com um caçador com este arnês, e que vá indo pelo caminho sem ter começado ainda a sua tarefa e, vendo o caçador, apressasse o passo, e estranhando em seu íntimo tudo aquilo, se perguntasse o que poderiam significar aqueles apetrechos; e o caçador, sentindo-se observado e admirado, para fazer mostra de si, exibisse a cana e o falcão, conseguisse atrair e apanhar um passarinho, diga-me: o caçador, sem usar de sinais, mas usando a própria coisa, não estaria a ensinar ao seu espectador o que esse queria saber?

ADEODATO

– Parece-me que o caso é semelhante àquele que mencionei, isto é, de quem pergunta o que é caminhar. Neste caso também não acho que foi mostrada toda a arte de caçar.

AGOSTINHO

– É simples desfazer-se desta impressão; eu acrescento: se aquele espectador fosse inteligente o bastante para compreender por inteiro a arte de caçar só pelo que viu, isto bastaria para demonstrar que alguns homens podem ser ensinados sem sinais sobre algumas coisas, embora não sobre todas.

ADEODATO

– No caso, também posso acrescentar isto: quem pergunta o que é caminhar, se for bem inteligente, compreenderá por inteiro o que é caminhar, bastando que se lhe mostrem uns poucos passos.

AGOSTINHO

– Podes, eu concordo com prazer. Chegamos pois a esse resultado, ou seja, que umas coisas podem ser ensinadas sem sinais, sendo portanto falso aquilo que há pouco nos parecia verdadeiro, isto é, não existir nada que se possa mostrar ou ensinar sem sinais; e acode à nossa mente não

uma ou duas coisas, mas milhares que, sem precisar de sinal algum podem mostrar-se por si mesmas. Poderemos pois duvidar, eu te pergunto? Sem considerar os muitos espetáculos em que uns atores representam nos teatros as coisas sem usar sinais, Deus e a natureza não apresentam e mostram por si mesmos, ao observador, o sol e a luz, que tudo banha e recobre, a lua e as estrelas, a terra e os mares com infinidade de criaturas que os habitam?

Todavia, se observarmos isto com maior atenção, talvez não encontremos nada que se possa aprender pelos seus próprios sinais. De fato, se me for apresentado um sinal e eu não souber de que coisa é o sinal, este nada poderá me transmitir; se, ao contrário, já souber de que é sinal, que estará me ensinando? Assim, quando leio “Et saraballae eorum non sunt immutatae” (E as suas coifas não foram trocadas), a palavra (coifas) não me explica a coisa que significa. Pois se uns objetos que servem para cobrir a cabeça têm este nome de ‘saraballae” (coifas), terei porventura, depois de ouvi-lo, aprendido o que é cabeça e o que é cobertura? Ao contrário, eu já as conhecia antes, pois delas adquiri conhecimento sem que as ouvisse chamar assim por outrem, mas vendo-as com os meus próprios olhos. Quando as duas sílabas da palavra “caput” (cabeça) soaram pela primeira vez ao meu ouvido, desconhecia seu significado como quando ouvi e li pela primeira vez “saraballae”. Porém, ouvindo repetidamente dizer “caput” (cabeça), e notando e observando a palavra quando era pronunciada, reparei facilmente que ela significava aquela coisa que eu bem conhecia, por tê-la visto. Mas antes de entender seu significado, a palavra era para mim apenas um som, e aprendi que era um sinal quando a associei àquilo de que era sinal, e aprendi-lhe o significado pela visão direta do objeto. Vemos, pois, que é mais pelo conhecimento da coisa que se aprende o sinal do que o contrário.

Para que compreendas isto com maior clareza, imagina que estejamos ouvindo agora, pela primeira vez, pronunciar a palavra “caput” (cabeça). (Lembra-te que buscamos o conhecimento não da coisa que é significada, mas do próprio sinal, conhecimento que nós não temos enquanto ignorarmos o que sinaliza). Se, na nossa pesquisa, nos mostrassem ou apontassem com o dedo a própria coisa, ao vê-la teríamos conhecimento do sinal; isto é, saberíamos o que quer dizer

aquele sinal que tínhamos ouvido, mas não compreendido. No sinal há duas coisas: o som e o significado; ora, o som não foi certamente recebido como sinal de algo, mas como simples verberação no ouvido, enquanto o significado foi apanhado pela visão da coisa que é significada.

Como o apontar do dedo só pode significar o objeto que o dedo está apontando, e como o dedo não está apontado pelo sinal, mas para a parte do corpo que se chama “caput” (cabeça), ocorre que, pelo gesto, não venho a conhecer a coisa, que já conhecia, nem o sinal que o dedo não estava apontado. Mas não quero colocar grande ênfase no gesto de apontar o dedo, pois o tenho mais como sinal do ato de indicar do que das próprias coisas indicadas; veja o que ocorre quando dizemos: “ecce” (eis), e habitualmente acompanhamos este advérbio com o gesto de apontar como se não bastasse um só desses sinais para indicar. E procurarei ao máximo te convencer, se o puder, disto: que nada aprendemos por meio dos sinais chamados palavras; antes, como já disse, aprendemos o valor da palavra, ou seja, o significado oculto no som pelo conhecimento ou da percepção da coisa significada; mas não a própria coisa mediante o significado.

E o que disse da cabeça, poderia dizer do que serve para cobrir a cabeça e de infindáveis outras coisas; que, embora as conhecesse, nunca, até agora, tive o conhecimento daquelas “saraballae” (coifas). Se alguém com um gesto me apontasse estas “saraballae” (coifas) ou as pintasse, ou me mostrasse algo de parecido, não diria, como aliás poderia se quisesse falar um pouco mais, que não mas ensinou, mas que não me ensinou com as palavras o que está diante de mim. Se, ao tê-las diante de mim eu fosse avisado com as palavras: “Ecce saraballae” (eis as coifas), aprenderia uma coisa que não sabia, não pelas palavras que foram pronunciadas, mas pela visão direta da coisa em si, à qual associei o nome, cujo valor gravei. Pois, quando aprendi a própria coisa, não acreditei nas palavras de outrem, mas nos meus olhos; talvez acreditasse também nelas, mas apenas como um alerta, ou seja, para procurar com os olhos o objeto em questão.

CAPÍTULO XI - NÃO APRENDEMOS PELAS PALAVRAS QUE REPERCUTEM EXTERIORMENTE, MAS PELA

VERDADE QUE ENSINA INTERIORMENTE

AGOSTINHO

– Limitado o valor das palavras, e delas direi, querendo valorizá-las, que apenas estimulam a procurar as coisas, sem porém mostrá-las para que as conheçamos. No entanto, aquele que me apresenta alguma coisa, quer aos sentidos corporais, quer à mente, ensina-me de fato as coisas que quero conhecer. Com as palavras não aprendemos senão palavras; de mais a mais, o som das palavras, pois se não for sinal tampouco é palavra, não vejo como possa ser palavra, som que ouvi pronunciado como sendo palavra, até que lhe conheça o significado. O sentido completo das palavras, se consegue apenas depois de conhecer as coisas; e ao contrário, ouvindo somente as palavras, não aprendemos nem sequer estas. De fato, não tivemos conhecimento das palavras que aprendemos senão depois de perceber seu significado, o que acontece não ouvindo as vozes que as proferem, mas pelo conhecimento das coisas significadas. Ao ouvirmos palavras, é perfeitamente razoável saber ou não o que significam; se o sabemos, não foram elas que no-lo ensinaram, apenas o recordaram; se não o sabemos, nem sequer o recordam, mas talvez nos estimulem a procurá-lo.

Ora, daqueles objetos que servem para cobrir a cabeça e dos quais apenas ouvimos o nome (coifas), só podemos adquirir a noção depois de vê-los; portanto, nem sequer o seu nome conhecemos completamente, não antes de conhecermos os próprios objetos. Todavia, podes afirmar que de nenhum modo senão pelas palavras, aprendemos o que se narra a respeito dos três jovens, aqueles que com sua fé e religião venceram o rei e as chamas, quais os hinos de louvor que cantaram a Deus; quais as honras que mereceram do próprio inimigo; responder-te-ei que já conhecíamos todas as coisas significadas por aquelas palavras. Pois eu já tinha na minha mente o que significa três jovens, o que é forno, o que é fogo, o que é rei, o que quer dizer ser preservado do fogo, e por fim, as demais coisas significadas por aquelas palavras. Mas, como aquelas “saraballae” (coifas), ficam para mim desconhecidos os jovens Ananias, Azarias e Misael; nem os seus nomes me ajudaram a conhecê-los. E confesso que, mais que saber, posso afirmar minha crença que tudo o que se lê naquela narração histórica tenha ocorrido naquele tempo

assim como foi escrito; e os próprios historiadores a que emprestamos fé não ignoravam esta diferença. Diz o profeta: “Se não credes, não entendereis”; e certamente não diria isto se não tivesse por necessário estabelecer uma diferença entre as duas coisas. Por isso, creio tudo o que entendo, mas nem tudo o que creio entendo. Tudo o que compreendo conheço, mas nem tudo o que creio conheço. Eu sei quanto é útil crer também em muitas coisas que não conheço, utilidade que se aplica também na história dos três jovens. Como não posso saber a maioria das coisas, sei porém que é útil acreditar nelas. Quanto às coisas que compreendemos, não consultamos a voz de quem fala, que é exterior, mas a verdade que dentro de nós reside, em nossa mente, estimulados talvez pelas palavras a consultá-la. Quem é consultado ensina em verdade, e este é o Cristo que habita, como foi dito, no homem interior, isto é, a virtude única de Deus e a eterna Sabedoria, que toda alma racional consulta, mas que se revela ao homem na medida de sua própria boa ou má vontade. E se ocorre o erro, isto não acontece por falha da verdade consultada, como não é por erro da luz externa que os olhos se enganam; esta luz que consultamos a respeito das coisas visíveis, para que no-las torne claras na proporção em que nos é permitido distingui-las.

CAPÍTULO XII - CRISTO É A VERDADE QUE ENSINA INTERIORMENTE

AGOSTINHO

– Ora, se para as cores precisamos de luz, e para as outras coisas que nosso corpo percebe interpelamos os elementos do mundo, os objetos percebidos e os próprios sentidos são instrumentos de que a mente se serve para conhecer as coisas externas. Todavia, para aquelas coisas que conhecemos pela inteligência consultamos, por meio da razão, a verdade interior; e o que diremos, para que fique claro, senão que pelas palavras nada mais aprendemos além do som que atinge nosso ouvido? Pois todas as coisas que percebemos, ou são apanhadas pelos sentidos físicos ou pela mente. Chamamos às primeiras “sensíveis”, e às segundas “inteligíveis” ou, para usar a linguagem de nossos autores, às primeiras “carnais” e às segundas “espirituais”.

Quanto às primeiras, se estiverem ao nosso alcance podemos

responder, como quando estamos olhando a lua, e alguém nos pergunte o que é ou onde ela está. Neste caso, quem pergunta, se não enxergam acredita ou não nas nossas palavras, mas não aprende de modo algum; a menos que também veja o que lhe está sendo afirmado e, nesse caso, não aprende pelo simples som das palavras, mas pelas coisas mesmas e que ferem seus sentidos. As palavras, pois, têm o mesmo som para quem vê, como para quem não vê. Se porém somos indagados, não sobre as coisas presentes, mas sobre as que percebemos outrora, respondendo, não fazemos referencias às mesmas, mas às suas imagens gravadas em nossa memória; não sei como poderíamos chamar tais imagens de verdadeiras, pois percebemos serem falsas, a não ser que acrescentemos que sua visão e percepção não são atuais, mas pretéritas. Portanto, nós gravamos nos meandros da memória as imagens como documentos das coisas que percebemos; contemplando-as com honestidade na nossa mente, não mentimos quando falamos. Mas estes são documentos válidos só para nós, pois quem nos ouve, se as percebeu ou presenciou, não as aprende pelas minhas palavras, mas as reconhece nas imagens que também levou consigo; todavia, se nunca as percebeu, todos concordarão que ele mais do que aprender, crê nas palavras.

Tratando das coisas que percebemos pela mente, isto é, por meio do intelecto e da razão, estamos ainda tratando de coisas que temos como presentes, sob a luz interior da verdade, que ilumina o homem interior, que dela desfruta. Mas também aqui nosso interlocutor conhece o que eu digo pela sua própria contemplação, e não mediante minhas palavras, posto que ele também veja por si a mesma coisa com olhos interiores e simples. Portanto, nem sequer a este, que vê as coisas na verdade, ensino algo dizendo-lhe a verdade, uma vez que não aprende pelas minhas palavras, mas pelas próprias coisas que Deus a ele revela em seu interior; e ele, interrogado sobre elas, sem mais, poderia responder. Ora, haverá absurdo maior que acreditar que minhas palavras possam ter instruído aquele que, interrogado antes de minha preleção, poderia responder sobre o assunto? O caso, que ocorre com freqüência, de alguém interrogado negar algo e depois, estimulado por ulteriores perguntas, vir a concordar, depende da fraqueza da sua visão que não pode abarcar todas as coisas pela luz interior, e a isto sendo levado, por

partes sucessivas, pelas perguntas inerentes às mesmas partes de uma verdade única, que ele não podia intuir, de uma só vez, no seu conjunto. Se chegar isso por meio das perguntas, não significa que as palavras lhe ensinaram alguma coisa, mas apenas que lhe ofereceram um meio, uma capacitação para enxergar no seu interior. Seria assim se eu te argüisse sobre o que estamos tratando agora, isto é, se é possível ensinar algo pelas palavras, e tu, na incapacidade de abranger com a mente a questão inteira, julgasses, no primeiro momento, absurda a pergunta. Por isso, foi preciso apresentar a pergunta na medida da tua capacidade de ouvir o mestre interior, e dizer-te as coisas que, quando ouves, confessas com certeza serem verdadeiras e que afirmas conhecê-las bem; onde aprendeste? Responderias, talvez, que fui eu quem tas ensinou? E então eu perguntaria: Como? Se eu te afirmasse ter visto um homem voando, as minhas palavras dar-te-iam tanta certeza como se me ouvisses dizer que os homens sábios são melhores que os tolos? Certamente, depois de negar, responderias não acreditar na primeira ou, mesmo que acreditasses, que ela é para ti completamente desconhecida, e no entanto que sabes com certeza a segunda. Compreenderias pois com clareza que nada aprendeste com minhas palavras: nem aquilo que ignoravas, nem aquilo que já sabias otimamente; pois jurarias, ao ser interrogado parte por parte sobre as duas coisas, que a primeira te era desconhecida e a segunda, conhecida. E então chegarias a admitir tudo o que antes negavas ao reconhecer como claras e certas as partes que compõem a questão; isto é, que a respeito de tudo o que falamos, quem nos está ouvindo ou desconhece se não verdadeiras, ou sabe que são falsas, ou sabe que são verdadeiras. No primeiro caso, ou crê, ou opina, ou duvida; no segundo, nega; no terceiro, afirma, mas em nenhum dos três aprende. Tanto aquele que depois de me ouvir ignora a coisa, como quem reconhece que ouviu falsidades e como quem, interrogado, poderia repetir o que foi dito, demonstra que nada aprendeu pelas minhas palavras.

CAPÍTULO XIII - A FORÇA DAS PALAVRAS NÃO CONSEGUE MOSTRAR SEQUER O PENSAMENTO DE QUEM FALA

AGOSTINHO

– E também no tocante às coisas que se contemplam com a mente, aquele que não entende, inutilmente ouve as palavras de quem as vê, a não ser porque é útil acreditar em tais coisas enquanto se ignoram. Aquele porém que as pode ver interiormente, é discípulo da verdade; exteriormente, é juiz de quem fala, ou melhor, das suas palavras, pois muitas vezes sabe as coisas que foram ditas, enquanto quem as disse não as sabe. Seria este o caso em que alguém, acreditando nos epicuristas e julgando mortal a alma, repetisse os argumentos já tratados pelos mais sábios sobre a sua imortalidade, na presença de quem pode intuir as coisas espirituais. Este julgaria que aquele diz a verdade, ou antes considerará falácia o que diz. Devemos pois, acreditar que quem não sabe pode ensinar? E, no entanto, usa as mesmas palavras que também usaria aquele que sabe.

Por isso tudo, nem sequer resta às palavras o papel de manifestar ao menos o pensamento de quem fala, pois é duvidoso se este sabe ou não o que diz. Considera também os mentirosos e enganadores, e facilmente compreenderás que, com as palavras, eles não só não revelam, mas até ocultam o pensamento. Jamais duvidaria que as palavras sinceras se esforcem e façam o melhor para manifestar o espírito de quem fala, o que conseguiriam, e seria ótimo para todos se não fosse permitido aos mentirosos falarem. Todavia, repetidamente percebemos em nós mesmos e nos outros que as palavras não expressam o pensamento; e isto pode acontecer de duas maneiras: ou quando as palavras que gravamos e repetimos saem da boca de quem está pensando em algo diferente, o que acontece amiúde quando cantamos um hino; ou quando, nos saem umas palavras em vez de outras, contra a nossa vontade, por um lapso da própria língua; também neste caso não são transmitidos os sinais das coisas que temos na mente. Os mentirosos, sem dúvida, também pensam as coisas que dizem, e embora nós não saibamos se falam a verdade, sabemos porém que eles têm em mente o que dizem; a menos que lhes aconteça uma das coisas que mencionei; e se me objetarem que, às vezes, isto pode ocorrer, e que, quando ocorre, isto aparece, ainda que muitas vezes possa ficar oculto, e que eu, ao ouvir tais coisas, às vezes também possa ser enganado, não me oporei.

E há ainda outro caso, bastante freqüente e origem de inúmeras controvérsias: quando quem fala exprime de fato seu pensamento, mas

apenas para si e para uns poucos, e não para o interlocutor e para os demais. Por exemplo, se alguém em nossa presença afirmasse que o homem é superado em valor por alguns animais, não o toleraríamos e logo refutaríamos com grande veemência esta falsa e perniciosa afirmação; e talvez por valor ele entenda a força física, e com tal palavra enuncie mesmo o que pensava, sem mentir, sem engano, sem ocultar as palavras gravadas na memória, agitando na mente alguma outra coisa, sem que por um lapso da língua fale algo diverso do que corresponde ao seu pensamento; estaria apenas chamando com um nome diverso do nosso a coisa que pensa, e nós teríamos concordado imediatamente com ele, se houvéssemos intuído o seu pensamento, o que não conseguiu explicar-nos com as palavras de sua afirmação. Dizem que a definição pode sanar tal erro; assim, se nesta questão se definisse o que é valor (virtus), tornar-se-ia claro, dizem, que a controvérsia gira só em torno da palavra, e não da coisa. Mas, mesmo concordando com isto, quantos bons definidores poderemos encontrar? E isso embora se tenha discutido bastante sobre a arte de definir, o que não é oportuno tratarmos aqui, nem merece sempre a minha aprovação.

Nem considero o caso de não ouvirmos bem umas coisas e disputarmos longamente sobre elas como se as tivéssemos ouvido. Quando, há pouco, quis dizer “misericórdia” com uma certa palavra púnica, afirmaste ter ouvido, daqueles que têm familiaridade com esta língua, que aquela palavra significa “piedade”. Eu opunha-me, afirmando que tinhas esquecido de todo o que tinhas ouvido, pois me parecia teres dito não “piedade”, mas “fé”, embora tivéssemos sentados bem perto, e certamente estas duas palavras não podiam levar a um engano pela semelhança do som.

Por um bom lapso de tempo pensei, todavia, que não soubesses aquilo que te fora dito, e no entanto era eu que não sabia o que havias dito; ora, se eu tivesse ouvido claramente as tuas palavras, não teria recebido a impressão, nada absurda, que a língua púnica indicasse com o mesmo vocábulo “piedade” e “misericórdia”. Tais coisas ocorrem com freqüência mas, como disse, vamos deixá-las de lado, para não dar a impressão que quero atribuir culpa às palavras pela negligência de quem ouve, ou até pela surdez dos homens. O que mais aflige é o que disse acima, isto é, o não conseguirmos conhecer o pensamento de quem fala, embora

ouvindo claramente as palavras, e palavras latinas, e sendo nós da mesma língua.

CAPÍTULO XIV - CRISTO ENSINA INTERIORMENTE, O HOMEM AVISA EXTERIORMENTE PELAS PALAVRAS

AGOSTINHO

– Porém agora admito que, quando as palavras tenham sido ouvidas por quem já as conhece, a este possa parecer que quem fala tenha realmente pensado no seu significado; mas significará talvez que também aprendeu o que agora estamos indagando, isto é, que aquele tenha falado a verdade? E, porventura, os mestres pretendem que se aprendam e retenham os seus conceitos pessoais e não as disciplinas mesmas que querem ensinar quando falam? Mas quem seria tão tolo em mandar o seu filho à escola para que aprenda o pensamento do professor? Mas quando tiverem exposto com palavras todas as disciplinas que dizem professar, inclusive as que concernem à virtude e à sabedoria, então os discípulos irão considerar consigo mesmos se as coisas ditas são verdadeiras, consultando a verdade interior conforme sua capacidade. E é então que, finalmente, aprendem; e, quando dentro de si descobrem que as coisas ditas são verdadeiras, louvam os mestres sem perceber que elogiam homens mais doutrinados que doutos, se é que aqueles, também sabem o que dizem. Erram, pois, os homens ao chamar de mestres outros homens, porque na maioria dos casos entre o tempo da audição e o tempo da cognição não se interpõe tempo algum; e, como depois da admoestação do professor, logo aprendem em seu íntimo, julga que aprenderam pela fala do mestre exterior, que nada mais faz do que admoestar.

Mas sobre a importância das palavras, bem considerada no seu conjunto, não é pequena, falaremos, se Deus permitir, em outro lugar. Por ora avisei-te apenas que não lhes atribuas importância maior do que é necessário, para que não se creias, mas também comece a compreender quão grande é a verdade do que está escrito nos livros sagrados que não se chame a ninguém de mestre na terra, pois o verdadeiro e único Mestre de todos está no céu. E o que há nos céus, no-lo ensinará Aquele que, por meio dos homens, também nos admoesta com sinais exteriores, para que, voltados para Ele

interiormente, sejamos instruídos. Amar e conhecer a Ele constituem a bem-aventurança, que todos afirmam buscar, mas bem poucos são os que se alegram por tê-la encontrado. E agora gostaria de ter as tuas impressões sobre este meu arrazoado. Se tu soubesses que eram verdadeiras as coisas expostas, dirias que as conhecias quando interrogado sobre cada uma separadamente; observa, portanto, de quem as aprendeste; não certamente de mim, a quem terias respondido, se te indagasse sobre elas. Se, ao contrário, sabes que não são verdadeiras, nem eu nem Aquele tas ensinou: eu, porque nunca teria a possibilidade de ensinar; Aquele, por tu não teres ainda a possibilidade de aprender.

ADEODATO

– Eu, na verdade, pela admoestação das tuas palavras aprendi que servem apenas para estimular o homem a aprender, e que já é grande resultado se por meio da palavra transmite-se um pouco do pensamento de quem fala. Se foi dita a verdade, isto no-lo pode ensinar somente Aquele que, por sinais externos, avisa o que habita dentro de nós; Aquele que, pela sua graça, hei de amar com tanto mais ardor quanto mais eu progredir no conhecimento. Mas quanto a essa tua oração, que usaste continuamente, sou-te grato particularmente por isto: que ela previu e desfez todas as objeções que tinha preparado para te fazer, e nada descuidaste daquilo que me suscita dúvidas, e sobre o que não me responderia assim aquele secreto oráculo, como tuas palavras afirmaram.

PERFIL BIOGRÁFICO - SANTO AGOSTINHO (354-430)

“Ó Senhor, cumpre em mim Tua obra e revela-me essas páginas!”

Com estas palavras, o Bispo Agostinho de Hipona, aos 43 anos de idade, abre o seu coração. Não fora fácil o caminho de sacerdote, que, dentro do silêncio das noites africanas, invocava o auxílio divino. Agostinho conhecera os prazeres do mundo, a sensualidade das festas pagãs, o aplauso das multidões deslumbradas por sua oratória. E quando, finalmente, se voltou para dentro de si, já era bispo há pelo menos dois anos, venerado em toda a África.

Reconstruindo sua existência desde o princípio, ele visa a expurga-la de toda culpa, para entregá-la novamente a Deus. Ao escrever as Confissões, numa exposição por vezes ingênua de todos os seus sentimentos e conflitos até a reconquista da fé, Agostinho dirige-se principalmente a Deus. Mas não esquece o rebanho que lhe foi confiado: “Quem eu sou nesse exato momento é o que desejam saber muitos. Mas para que desejam saber isso? Para congratular-se contigo, ó Senhor, ouvindo como eu avancei por obra Tua pelo Teu caminho, e para rezar por mim, sentindo quanto meu peso me faz retardar o passo. Se assim for, é para esses que falo”.

A perdição da alma reside em algumas peras

Agostinho nasceu a 13 de novembro de 354, em Tagaste, pequena cidade da Numídia, atual Argélia. Sua infância e adolescência transcorreram principalmente em sua cidade natal, no ambiente limitado de um povoado perdido entre montanhas. Mais tarde, descreveria em cores carregadas este período. “Cometia pequenos furtos na despensa da casa ou na mesa, por gulodice ou para ter algo a dar a meus camarada. Mesmo nos jogos, muitas vezes conseguia, levado pela ânsia de superioridade, vitórias fraudulentas”. Um furto de peras ficou-lhe sobretudo na memória. “Fi-lo não premido pela necessidade, mas por desprezo à justiça e excesso de maldade”.

Suas observações sobre a severidade do ensino da época são bem mais equilibradas, encerrando um protesto ainda hoje válido: “Para aprender tem mais valor uma curiosidade livre do que a coerção baseada no

medo”.

“Quantas misérias e enganos experimentei naquela época, quando era rapazinho e me propunham, para viver direito, a obediência àqueles que me instruíam, para que nesse mundo construísse minha imagem...”

De Tagaste, Agostinho vai para Madaura, onde inicia os estudos de retórica. O rapaz parece talhado para a oratória. Lê e decora trechos de poetas e prosadores latinos, dentre os quais Virgílio e Terêncio. Adquire, com Varrão, noções de caráter enciclopédico. Aprende regras elementares de música, física e matemática. Recebe tinturas de filosofia, o suficiente para compreender certos poetas. Em compensação, jamais dominará o grego.

Agostinho fará os estudos superiores em Madaura e Cartago. Depois de longos anos receberá, finalmente, de acordo com os programas da época, o título de vir eloquentissimus atque doctissimus.

Onde está a felicidade?

“Vim a Cartago, e uma multidão de torpes amores rodeou-me de todo lado. (...) Amar e ser amado era para mim uma coisa deliciosa, tanto mais quanto podia também possuir o corpo da pessoa amada”. Na realidade, porém, Agostinho não era o pecador que ele descreve nas suas Confissões. Segundo o testemunho de um adversário, o bispo donatista (herético) Vicente de Cartena, o estudante Agostinho era um jovem ponderado, dedicado aos livros.

Não que lhe faltassem oportunidades mundanas. Cartago, a maior cidade do Ocidente latino depois de Roma, era um dos grandes centros do paganismo, que dois séculos de doutrina cristã ainda não haviam conseguido derrubar. A procissão anual à deusa do céu (a antiga Tanit dos fenícios) atraía multidões ávidas de prazer, vindas de todas as partes da África. Na grande metrópole realizavam-se os espetáculos sensuais, comedias e pantomimas que contavam as aventuras eróticas de deuses e homens. Agostinho, um rapaz de apenas dezessete anos, deixou-se cativar pela alegria e esplendor das cerimônias em honra dos milenares deuses protetores do império.

Em Cartago permanece durante três anos, unindo-se a uma mulher em

concubinato – o que as leis e costumes da época consideravam perfeitamente normal. “Tinha só a ela e era-lhe fiel, como um marido”, escreve mais tarde. “Tive de experimentar com ela, às minhas custas, a diferença entre um compromisso conjugal criado para procriar filhos e o acordo de um coração apaixonado, do qual a prole nasce ainda que não desejada, mesmo que depois se seja levado a amá-la”. Referia-se a seu filho Adeodato, nascido em 373.

“Naquele período tão incerto, estudava os livros de eloqüência, na qual desejava destacar-me com um fim reprovável, por orgulho, pelo prazer da vaidade humana. Seguindo, portanto, a ordem tradicional do ensino, chegara a um livro, de Cícero...” Continha ele uma discussão imaginária entre Cícero e Hortênsio, outro grande orador romano, em torno do valor da filosofia.

Cícero demonstrava que a verdadeira felicidade reside na busca da sabedoria.

Agostinho sentiu-se fascinado. Os dezenove anos de sua vida pareceram-lhe completamente desperdiçados. A busca e a investigação tornaram-se, daquele momento em diante, seu objetivo primordial.

De início, decidiu dedicar-se ao estudo das Escrituras, mas logo se cansou: o admirador de Virgilio, Terêncio e Cícero ficou desiludido diante do estilo simples da Bíblia.

O mestre da eloqüência e um bêbado trilham caminhos iguais

De volta à cidade natal, Agostinho abre uma escola particular, onde ensina gramática e retórica. Gosta de ensinar; durante treze anos esta será sua profissão. Seus múltiplos interesses intelectuais, entre os quais o ocultismo e a astrologia, não o impedem de tornar-se excelente professor, capaz de despertar a curiosidade dos alunos.

No outono de 374 deixa Tagaste, transferindo-se para Cartago. Mais uma vez dedica-se ao ensino da retórica. “Os estudantes receberam minha ordem de aprender, além de literatura, a refletir e a habituar seu espírito na concentração sobre si mesmos”. Os cartagineses, porém, são demasiado turbulentos. Agostinho segue para Roma, em 383. Pouco tempo depois verificaria que os jovens romanos, embora mais quietos e

gentis, têm o hábito de abandonar as aulas na ocasião em que devem pagar os honorários aos mestres. A luta contra os maus pagadores dura um ano, até que um concurso lhe dá a cátedra de eloqüência em Milão.

Igrejas majestosas ao lado de templos pagãos; teatros e circos que nada ficavam a dever aos romanos; assim era Milão, na época a capital administrativa da parte ocidental do império, a residência do imperador. Era, sobretudo, uma cidade onde havia a possibilidade de fazer carreira.

Agostinho consagrava as manhãs aos cursos de eloqüência, passando as tardes nas antecâmaras dos ministérios. Esperava obter a presidência de um tribunal ou posto de governador de uma província. Era, à primeira vista, um homem feliz: pago pelo Estado, personagem quase oficial, respeitado como professor. No entanto, dominava-o uma profunda inquietude quanto aos rumos da sua existência.

Por volta dos fins de 385, o mestre de eloqüência é escolhido para recitar a saudação anual do imperador. Agostinho sai de casa com alguns amigos, dirigindo-se ao palácio imperial.

“Ia para mentir”, escreverá ao lembrar a oração de louvor em honra de Valentiniano II, então com catorze anos. No caminho encontra um “pobre mendigo bêbado, que ria e fazia arruaça”. A cena, embora o aborreça, revela-lhe um aspecto da verdade que procurava. O bêbado, com um pouco de dinheiro, alcançara a felicidade. “È claro que essa não era autentica alegria, eu sei disso. Mas por acaso era autentica a alegria que eu procurava com as minhas ambições e enredos tortuosos? Numa noite ele digeriria o vinho e sua bebedeira passaria; eu, ao contrário, iria dormir e acordaria com meu tormento, hoje, amanhã, quem sabe até quando...”

A inquietude é tema tipicamente agostiniano, um aspecto permanente de seu desenvolvimento. O despertar de seu espírito crítico levou-o a abandonar o cristianismo que sua família professava. Agostinho adotou o maniqueísmo de Mani, profeta persa que pregava uma doutrina na qual se misturavam Evangelho, ocultismo e astrologia. Segundo Mani, o bem e o mal constituíam princípios opostos e eternos, presentes em todas as coisas. Era uma religião teoricamente severa, mas cômoda na prática: o homem não era culpado por seus pecados, pois já trazia o mal

dentro de si. Ninguém era obrigado a aceitar a fé sem antes discuti-la e compreendê- la. A doutrina seduziu, como ele mesmo diria: “um jovem amante da verdade, já orgulhoso e loquaz devido às disputas mantidas na escola dos homens doutos”. O abandono do maniqueísmo viria mais tarde, ocasionado pela insatisfação das respostas que a doutrina oferecia. Seu lugar seria temporariamente preenchido por um profundo ceticismo.

Uma canção de criança pode mudar uma vida

Entre os dignitários procurados por Agostinho figurava Ambrósio, bispo de Milão, um dos homens mais poderosos do império. O jovem professor buscava com ele uma colocação oficial.

Em vez disso, encontrou respostas para algumas de suas dúvidas. “Esse homem de Deus acolheu-me como um pai. Eu imediatamente o amei’. Passa a assistir, todos os domingos, aos sermões de Ambrósio. Recomeça a ler os Evangelhos. Procura discutir com o sacerdote, que, entretanto, se nega ao debate. Ambrósio sabe que, para o antigo maniqueu, disputas filosóficas têm menos valor do que a aceitação da crença cristã por intermédio da fé.

Por esta época volta para a África a mulher com quem vivera durante catorze anos. A separação foi provocada pela mãe de Agostinho, Mônica, que desejava para o filho uma união cristã, e que chegou ao ponto de lhe arranjar uma noiva. Agostinho, em seus escritos, jamais procurou justificar a sua fraqueza e o excesso de zelo materno. Ao contrário, falará com remorso de sua união ilegítima e da concubina cujo nome jamais ousará dizer em suas Confissões.

As dúvidas espirituais de Agostinho eram partilhadas por dois amigos, Alípio e Nebrídio.

Tinham, os três, abandonado a família para viver juntos uma nova experiência. “Éramos três bocas de pobres famintos, que desabafávamos entre nós nossa miséria e esperávamos que nos outorgassem alimento no momento justo”. Ao lado de seus companheiros, decidiram juntar seus bens e dedicar-se à filosofia. Mas havia uma dificuldade: como suas noivas e esposas acolheriam o projeto? Alípio aconselhava Agostinho a permanecer solteiro, para

entregar-se totalmente aos estudos e meditações. Este, porém, como disse nas Confissões, “estava bem longe da grandeza de alma desses sábios. A mim, acariciava-me a morbidez da carne e com mortífera suavidade arrastava a minha cadeia, temendo livrar-me dela e rejeitando essas palavras de incitação ao bem e essa mão libertadora como quem sente remexer uma ferida”.

Em 386 chega à resposta definitiva. Enquanto Alípio e Agostinho meditam, uma voz infantil, vinda da casa da vizinha, repetia: “Toma, lê”. Era o refrão de uma canção infantil que a criança entoava. “Refreando o ímpeto das lágrimas, levantei-me, interpretando essa voz como uma ordem divina’. O livro está lá: São Paulo. Toma-o, abre-o ao acaso e lê: “Não nas orgias e nas bebedeiras, não nos deslizes e nas impudências, não nas discórdias e na inveja, mas revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não deis à carne concupiscências”.

A meditação se inspira no murmúrio da água

Na pequena vila de Cassiciaco, Agostinho encontra o lugar ideal para seus estudos e meditações. As frias manhãs de outono e inverno transcorrem durante discussões. As noites são dedicadas ás preces. Em Cassiciaco ele escreve suas primeiras obras: De Vita Beata, acirrada polêmica contra os descrentes; Contra Acadêmicos; De Ordine, motivada pelo murmúrio da água que corria junto às termas – um estudo sobre a ordem e a harmonia da natureza governada por Deus. Ali são também escritos os Solilóquios, uma invocação quase contínua a Deus. Terminadas as férias, Agostinho escreve a Milão, dizendo que arranjassem “outro vendedor de palavras para os estudantes”. Permanece em Cassiciaco até março de 387. Depois volta à cidade para assistir às aulas de catecismo. Na noite de vigília da Páscoa, juntamente com Alípio e seu filho Adeodato, Agostinho recebe o batismo das mãos de Ambrósio. Era o amanhecer de 25 de abril de 387, dia da Ressurreição.

Agostinho resolveu retornar à África, para realizar, na terra natal, seu ideal de vida monástica. A viagem, porém, foi retardada pela doença de sua mãe, vítima de uma febre maligna, que a levaria à morte em poucos dias. “Com apenas 56 anos incompletos, tendo eu 33, essa alma religiosa e devota libertou-se do corpo”. O grande sonho de Mônica se

realizara: o filho entregara-se de corpo e alma ao cristianismo.

Agostinho chega à África em 388. Cinco anos haviam passado desde que, desgostoso com a inquietude dos estudantes cartagineses, partira para Roma. Volta à Tagaste, onde vende a propriedade deixada pelo pai e distribui o dinheiro entre os pobres. Conserva apenas uma pequena porção de terra, onde, ao lado dos amigos Alípio e Ovídio, funda o primeiro mosteiro agostiniano. São poucos os discípulos, e a regra que os une não é a das ordens monásticas orientais. Seu ideal é a contemplação, o otium deificante. Mas ao misticismo junta-se a necessidade de aprofundar definitivamente os problemas do espírito. Prova disso é o De Diversis Quaestionibus, nascido das discussões no interior do mosteiro.

Nos dois anos de permanência em Tagaste, Agostinho escreve outros livros. De Música, iniciado em Milão, De Genesi (contra os maniqueus). De Vera Religione, considerado uma de suas primeiras obras-primas. Neste livro seu interlocutor é Adeodato, que, com apenas dezesseis anos, revela uma maturidade e perspicácia que assombram o pai. O rapaz consegue acompanhar Agostinho em seus difíceis argumentos sobre o valor das palavras. Somente em raros momentos confessa hesitações: “Até aqui minha inteligência não chega...” Então o raciocínio de Agostinho torna-se mais simples, mais discursivo.

Adeodato morreria no ano seguinte, com apenas dezessete anos. Muitos, porém, o substituíram, continuariam o ideal que animava os habitantes do mosteiro de Tagaste, dividindo-se entre a ação e a vida contemplativa.

O apelo da multidão: um pastor para enfrentar os leões vorazes

No início de 391, a chamado de um funcionário imperial, Agostinho segue para Hipona. A cidade, com cerca de 30 mil habitantes, funcionava com grande centro comercial: no seu porto era embarcado o trigo enviado a Roma. Encostada nas montanhas cobertas de pinheiros, a segunda metrópole africana em importância gozava de posição privilegiada, sendo até mesmo bem protegida por fortificações.

Certo dia Agostinho assistia à missa quando o velho bispo da cidade, Valério, começou a explicar ao povo as necessidades da diocese,

acentuando a urgência de ter um sacerdote que o ajudasse. Da multidão elevou-se, cada vez mais distinto, o pedido: “Agostinho padre”. Agostinho procurou resistir, defendendo a tranqüilidade de sua vida monástica, mas a insistência da população triunfou: com os olhos cheios de lágrimas, ajoelha-se frente a Valério e é ordenado sacerdote. Tem 37 anos e sabe que pesadas tarefas o esperam; terá de lidar com necessidades objetivas do povo, ao lado de suas preocupações espirituais. Seu temperamento contemplativo, porém, permanecerá sempre fiel aos ideais de Cassiciaco e Tagaste. Funda, com Alípio, um segundo mosteiro. Seus discípulos serão, mais tarde, bispos em várias cidades da África – o catolicismo deste continente será marcadamente agostiniano.

Em 396, atendendo ao pedido de Valério, Agostinho é sagrado bispo auxiliar. Conserva o hábito de penitente, recusando-se a usar anel e mitra. Desde os primeiros dias de sua sagração, teve de se defrontar com “leões vorazes”, os heréticos que estavam por toda parte. Ele mesmo, em seu livro sobre heresias, chegaria a contar 88. A principal delas era a seita dos donatistas, que, em fins de 312, se havia separado da Igreja, alegando que os católicos mostraram-se demasiado servis ao poder imperial por ocasião das perseguições de Diocleciano. Na época, os donatistas lutavam violentamente, e não só com discussões. O próprio Agostinho salvara-se por milagre de uma emboscada. Um outro bispo fora ferido de morte diante altar.

Ainda quando simples padre, Agostinho havia percebido a gravidade do cisma que se desencadeava sobretudo nas regiões berberes menos romanizadas, entre os pobres do campo oprimidos pelos proprietários rurais. Na agitação donatista havia um amplo aspecto de revolta social. Camponeses, escravos e desertores incendiavam e saqueavam os grandes domínios.

Sessenta cristãos já haviam sido trucidados. Era tempo, como escrevia Possídio, de que a Igreja “longamente humilhada reerguesse a cabeça”. Agostinho iniciou a luta convidando os chefes donatistas para discussões públicas. Escreve contra eles mais de uma dúzia de livros e opúsculos, nos quais procura demonstrar que a santidade da Igreja universal não pode ser negada ou destruída pelas culpas de alguns de

seus membros.

É preciso paciência diante de olhos em chamas

No início do século V, caracterizado por perseguições e heresias, Agostinho é um dos personagens mais destacados. As desordens desencadeadas pelos donatistas levam o poder oficial a intervir. Em 411 é organizada uma grande conferência em Cartago; 279 donatistas, enfrentam 264 bispos católicos – entre os quais Agostinho – numa discussão pública. Agostinho, “o lobo mortífero que ameaça destruir nosso rebanho”, como diziam os donatistas, domina a reunião. A 26 de junho de 411, o cisma era suprimido legalmente.

Grande parte da doutrina agostiniana se desenvolve neste período, nascida nos choques em que o bispo de Hipona intervém não só como representante oficial da Igreja, mas também a título pessoal, por uma profunda necessidade de sua inteligência. Por isso, as batalhas que trava têm um toque particular, tornam-se verificações e pesquisas que contribuem para desenvolver suas opiniões. Multiplicam-se encontros, discussões públicas, sínodos e concílios, mais numerosos que os de Roma. Mas em nenhuma ocasião Agostinho – sempre orador oficial – esquece o fato de que mais valioso que a palavra é o amor, de que os heréticos se persuadem com exemplos de amor fraterno, não com argumentações sutis. “Os olhos dos doentes queimam, por isso são tratados com delicadeza... Os médicos são delicados até com os doentes mais intolerantes: suportam o insulto, dão o remédio, não revidam as ofensas. Fique bem claro que não somos (católicos e donatistas) adversários: há um que cura e outro que é curado”.

A espada dos bárbaros é a cólera dos antigos deuses

24 de agosto de 410. Uma terrível notícia abala o mundo: Roma, a capital do império, a cidade sagrada que desde a ocupação gaulesa de 387 a.C. nunca mais enfrentara a desonra da invasão, fora tomada por visigodos de Alarico. Forçando os muros aurelianos da Porta Salária, os bárbaros dedicam-se ao saque, incendiando e causando depredações. Mensageiros apressados trazem notícias trágicas, dizem que os cadáveres são tantos que não é possível enterrá-los. E agora, seguido por uma longa fileira de carros com os tesouros roubados dos templos,

Alarico dirige-se para o sul, para empreender a conquista da África.

Um mito apagou-se. Durante séculos, pareceu que Roma era a predileta dos céus.

Primeiro, protegida pelos deuses que Enéias trouxera de Tróia, depois pelo Deus que Pedro trouxera de Jerusalém. Agora não se podia mais crer nisso. A fraqueza do império – que precisou consentir na entrada pacífica dos bárbaros em seu território, que tivera de recrutar corpos militares inteiros entre os recém-chegados, que vira seus recursos desperdiçados nas lutas entre pretendentes a imperador – tornava-se patente. No Ocidente empobrecido, afastado das importantes rotas comerciais que asseguravam a riqueza de Constantinopla, a autoridade imperial diluiu-se, substituída pela concentração do poder em mãos dos grandes proprietários de terras.

Somente a Igreja sobreviveria, conservando, em sua estrutura baseada na divisão administrativa do império, os vestígios da civilização romana. Somente a Igreja dispunha de elementos intelectualmente capazes, submetidos a uma rígida organização, de modo a conservar a centralização que caracterizara o mundo romano. A vontade única do imperador foi aos poucos substituída pela vontade única do bispo de Roma.

Diante dos refugiados que fugiam à aproximação dos visigodos, diante daqueles que diziam que na ruína de uma cidade perecera todo o império, eleva-se a voz de Agostinho:

“Vamos, cristãos, germes celestes, peregrinos na Terra, que andais à procura da cidade celeste nos céus, que desejais juntar-vos aos anjos, compreendei bem que estais aqui de passagem...”

São palavras que dão a entender que nesse mundo tudo passa, e que as civilizações são mortais como os indivíduos. Mas os pagãos – e mesmo muitos cristãos amedrontados – parecem surdos às suas palavras. Roma caiu porque os antigos deuses foram ultrajados. Alarico não passa da mão vingadora de Júpiter.

Para Agostinho, inicia-se outra batalha, uma das mais decisivas na história do cristianismo.

Entre vários é preciso escolher

“A galinha come o escorpião e, digerindo-o, transforma-o em ovo. E como não falar de Roma? Não temos lá muitos irmãos? Não está lá uma grande parte da Jerusalém terrestre? É o que digo, quando não me calo a respeito dela, a não ser que não seja verdade o que dizem de nosso Cristo, que Ele seria culpado pela queda de Roma, protegida por divindades de pedra e de madeira... Deuses que têm olhos e não vêem, orelhas e não ouvem. Eis a que guardiões foi confiada Roma por homens doutos: a guardiões que não enxergam. Se tais deuses podiam proteger Roma, por que razão morreram antes dela? Sei que respondem – Roma morreu – É verdade, mas eles (os deuses) também morreram”.

O trabalho em que Agostinho apresenta a defesa do cristianismo e convida seus contemporâneos a compreender o sentido profundo da história é a sua obra-prima, A Cidade de Deus. Já não se trata de um reino de Deus que sucede à vida terrena. A cidade de Deus e a dos homens coexistem: a primeira, antes simbolizada por Jerusalém, é agora a comunidade dos cristãos. A cidade dos homens tem poderes políticos, moral e exigências próprias. As duas cidades permanecerão lado a lado até o fim dos tempos, mas depois a divina triunfará para participar da eternidade.

Agostinho levou 13 anos para escrever os 22 livros da obra que teria enorme influência em toda a Idade Média. Para ele, Deus legitima a própria existência do poder, sem garantir o exercício concreto deste. A providência divina não confere a um ato o caráter de ato moralmente cristão. Desta forma, um católico pode afirmar que nada se faz sem Deus, do qual procedem o princípio de autoridade e a orientação misteriosa dos fatos. E ao mesmo tempo, pode evitar que o cristianismo seja responsabilizado por este ou aquele acontecimento particular. O cristão pode, simultaneamente, ver a mão da providência na queda de Roma, e lutar contra o perigo bárbaro com todo o coração e todas as suas forças. A filosofia política de Agostinho é uma filosofia de tempos difíceis, e serviu admiravelmente aos objetivos de seu autor, destruindo a argumentação dos polemistas pagãos. “Roma não é eterna, porque só Deus é eterno”.

O perigo imediato passara, a morte havia paralisado, em Consenza, a

marcha de Alarico.

O chefe bárbaro jazia, com seu cavalo e seus tesouros, no leito do rio Busento. Agostinho, porém, não encontrava descanso. Novas heresias, como a dos pelagianos, pretendiam afastar do cristianismo todo o elemento sobrenatural, ameaçavam a comunidade dos fiéis. O bispo prossegue em sua luta, procurando sempre antepor os argumentos do coração aos da razão. As palavras que mais frequentemente aparecem em seus escritos são amor e caridade. Amor, para ele, significa o conjunto de forças que leva o homem a um determinado caminho, escolhido pela consciência. “Há amores que devem ser amados, e amores que não devem ser amados”. Para Agostinho, o conhecimento abrange o homem inteiro, mente e coração. A alma é uma substância dotada de razão e apta para governar o corpo. A fé serve de ponto de partida para colocar a mente na direção certa, marca os limites do campo que a razão deverá preencher. A realização vem quando se compreende aquilo em que se acredita.

Sua doutrina nasce nos estudos que se originaram da necessidade de responder aos heréticos. Agostinho procura uma filosofia – que ele entende como sendo o caminho para a felicidade – capaz de englobar o cristianismo e a salvação. Adota algumas posições dos seguidores de Platão, como a concepção de dois níveis de conhecimento – um através dos sentidos, e outro percebido unicamente pela razão. E junta-lhes a figura de Cristo. Com esses elementos iniciais ergue um edifício filosófico que muito influenciaria o pensamento ocidental e que, em alguns aspectos, conserva ainda hoje toda a sua força polêmica.

Muitas vezes, porém, ao desenvolver uma idéia, interrompe o raciocínio para deixar fugir um grito de amor a Deus: “Ó Senhor, amo-Te. Tu me estremeceste meu coração com a palavra e fizeste nascer o amor por Ti. Tarde Te amei, ó Beleza tão antiga e tão nova, tarde Te amei...

Tocaste-me, e ardo de desejo de alcançar Tua paz”. Mesclavam-se nele o polemista inimigo das heresias, o administrador dos recursos da Igreja e o místico, que escolhera, tantos anos atrás, uma vida de recolhimento.

Uma árvore tem folhas verdes. Como serão os frutos?

“Agostinho, vida”, é o grito que ressoa na Basílica da Paz de Hipona, a

26 de setembro de 426. É um dia de grande emoção para os fiéis: o bispo Agostinho designa o seu sucessor na pessoa do Padre Heráclio. Repete-se, depois de trinta anos, uma cena que os habitantes da cidade não esqueceram – a escolha de Agostinho por Valério. Como aquele que o nomeara, Agostinho é agora um velho. Tem 72 anos. Relembra aos fiéis que uma vez exprimira o desejo de ter cinco dias livres por semana para poder escrever e rever as obras que de todos os lugares lhe solicitavam.

Nascem, depois de um ano de trabalho, os dois volumes de Retratações, que comentam dezenas de obras. Sua “especialização” como escritor não o impede, porém, de continuar a se dirigir ao povo.

Durante quarenta anos, desde que reencontrou a fé, Agostinho teve sua vida sobrecarregada. Primeiro constrói seu mosteiro. Torna-se depois sacerdote e bispo, encarregado até mesmo de distribuir justiça em nome do império. Conseguiu, entretanto, permanecer fiel à sua vocação de contemplativo e arranjou tempo para realizar uma obra literária gigantesca – 113 trabalhos, 224 cartas e mais de quinhentos sermões. Excetuadas as Confissões, escritas entre 397 e 398, foram precisos vinte anos para completar os 15 livros sobre a Trindade. O De Doctrina Christiana, depois de parcialmente escrito, teve de aguardar quase trinta anos até que Agostinho pudesse cuidar da terça parte restante.

Poucos escritores do passado são conhecidos tão detalhadamente quanto ele. Se as Confissões revelam até mesmo os recantos de sua alma, os discursos que pronunciou em quarenta anos mostram-no sob outros aspectos. É fácil imaginá-lo com sua voz, que a idade tornava apagada, usando uma linguagem direta e fácil, muito diferente das sutilezas de seus escritos. O antigo mestre de eloqüência consegue transmitir e adaptar os conceitos mais abstratos às exigências e à capacidade do auditório.

Falava duas vezes por semana na Igreja da Paz. Em certa ocasião, explicando São João aos fiéis, ficou tão entusiasmado que pregou durante cinco dias consecutivos, constantemente aplaudido. Mas o bispo não alimentava ilusões: ”Vossos louvores são folhas de árvore ; gostaria de ver os frutos”. Muitas vezes lamentou a distância entre o seu pensamento, sua fé e amor a Deus, e as palavras que proferia.

“...Entretanto, a atenção dos que me escutam prova-me que meu modo de falar não é tão frio quanto possa parecer-me; pelo seu interesse compreendo que tiram dele algum proveito...”

O lugar do pastor é à frente do rebanho

Na primavera de 429, a África é dominada pelo terror. Chamados por Bonifácio, comandante do exército imperial, os vândalos atravessam o Mediterrâneo. Vêm como amigos. No entanto, passados poucos meses, o general é obrigado a empunhar as armas contra os soldados de Genserico. O Bispo de Hipona dirige palavras severas a Bonifácio: “Olha a África, olha como está devastada.. Ninguém teria pensado ou suposto que o célebre Bonifácio, aquele que de simples tribuno, com poucos soldados, vencendo e destruindo toda resistência, conseguiu pacificar todas estas populações, teria se sujeitados aos bárbaros, que com tamanha audácia devastam e saqueiam tantas regiões outrora povoadas... Eu, que estou atento às últimas causas, sei quantos males a África sofre por causa dos pecados de seus habitantes; mas não quisera que tu estivesses entre os malvados e iníquos; por causa dos quais Deus flagela os que escolhe com penas temporais...”

Tarde demais. Os vândalos eram piores inimigos que os visigodos de Alarico. Seu nome tornou-se sinônimo de destruição e morte. Em poucos dias devastaram a Mauritânia, e em seguida a Numídia. Apesar dos esforços de Bonifácio, os bárbaros tornaram-se donos de todo o país. As legiões romanas dominavam apenas três cidades: Cartago, Cirta e Hipona. Nesta última, mais bem fortificada, Bonifácio prepara a derradeira defesa. Agostinho, aos 75 anos, vê que não há mais salvação para os hiponenses. Embora, nas amargas horas de desânimo, peça a Deus que o tire deste mundo, torna-se, como fizera vinte anos antes em relação aos refugiados de Roma, o organizados do auxílio aos fugitivos. Torna-se a voz da África, a testemunha mais categorizada do fim da latinidade no continente.

Data desses dias uma das últimas cartas escritas a Honorato, bispo de Thiabe, para lembrar que ao pastor de almas não é permitido fugir ante os perigos, e que o lugar dos bispos é à frente dos fiéis, até o fim: “...não devemos, por causa desses males incertos, cometer a culpa certa de abandonar nosso povo. Daí, adviria a ele grande mal, não quanto às

coisas desta vida, mas da outra, que merece ser procurada com maior diligência e solicitude... Temamos que se extingam, abandonadas por nós, as pedras vivas, mais que a obra do incêndio que queima a estrutura de nossos edifícios terrenos. Temamos a morte dos membros do Corpo de Cristo, privados do alimento espiritual, mais que as torturas a que a ferocidade dos inimigos poderia submeter os membros do nosso corpo...”

Todo conhecimento reside em Deus e na alma

Catorze longos meses resistiria Hipona ao assédio dos vândalos. A cidade estava repleta de refugiados, a quem era preciso alimentar e vestir. Ao inimigo externo juntavam-se a carestia, a fome e as epidemias. Agostinho só podia oferecer a toda essa gente as suas preces. “Vós dizeis – Desgraçados de nós, o mundo morrerá. Mas ouvi a palavra: Céu e Terra passarão, mas a palavra de Deus não passará”.

Muitos começaram a julgá-lo capaz de milagres. Certo dia trouxeram-lhe uma pessoa doente, para que ele a curasse com sua benção. Agostinho respondeu: “Meu filho, se tivesse tais poderes, começaria por curar a mim mesmo”. Sua doença durou poucos dias. Quando percebeu que a morte se avizinhava, pediu que o deixassem só, para que pudesse rezar. Nas paredes do quarto mandara afixar pergaminhos nos quais fizera escrever os salmos penitenciais de Davi.

Agostinho morreu na noite de 28 para 29 de agosto de 430. “Não fez testamento”, escreveu Possídio, “porque, pobre para servir a Deus, não tinha bens a deixar... Mas deixou à Igreja um clero numeroso e mosteiros cheios de homens e mulheres sob voto de continência e obedientes a seus superiores”.

De livro na mão e coração em chamas – assim os pintores medievais viram o bispo de Hipona. O livro simboliza a ciência; o coração inflamado, o amor. Sabedoria e amor foram os seus dons inseparáveis, que muito contribuíram para que o Papa João II declarasse, em 534, que “a Igreja de Roma segue e conserva as doutrinas de Agostinho”.

Ao construir sua filosofia como uma arma de defesa da fé, Agostinho forjou uma visão do mundo que influenciaria, por muitos séculos, todos os líderes espirituais do ocidente. A Cidade de Deus, síntese de filosofia,

teologia, estudo das relações entre o Estado e a liberdade de consciência, marcou profundamente o pensamento político da Idade Média. Carlos Magno, considerava-o o seu livro preferido.

Agostinho foi o autor mais citado no último Concilio do Vaticano, destinado a abrir novos rumos para o cristianismo dos tempos atuais. O fato talvez tivesse surpreendido aquele que, nos Solilóquios escritos ao pé da água que corria pelas termas de Cassiciaco, declarava que sua única finalidade era conhecer Deus e sua própria alma.